

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

AMORIM, Celso Luiz Nunes. *Celso Amorim (depoimento, 1997)*.
Rio de Janeiro, CPDOC, 2003. 37 p. dat.

CELSO AMORIM
(depoimento, 1997)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática
entrevistador(es): Alexandra de Melo e Silva
sumário: Alexandra de Mello e Silva
conferência da transcrição: Maurício Silva Xavier
copidesque: Ignez Cordeiro de Farias
técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes
local: Nova Iorque, EUA
data: 29/11/1997
duração: 2h 10min
fitas cassete: 03
páginas: 37

temas: Acordo Geral de Tarifas e Comércio, Argentina, Conselho de Segurança da ONU, Diplomacia, Estados Unidos, Governo Fernando Collor (1990-1992), Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), Governo Itamar Franco (1993-1994), Governo José Sarney (1985-1989), Liga das Nações, Mercosul, Ministério das Relações Exteriores, Organização das Nações Unidas, Paulo Nogueira Batista, Política Nuclear, Relações Econômicas Internacionais, Relações Internacionais.

Sumário

Entrevista: 29.11.1997

Mudanças introduzidas pelo governo Fernando Collor (1990-92) na política externa brasileira, nas áreas comercial e nuclear, adoção de discurso “voluntarista” pró-Primeiro Mundo; mudanças na política econômica externa e liberalização comercial durante os governos José Sarney (1985-90) e Collor; repercussões do fim do protecionismo comercial para as negociações brasileiras no GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), com abandono de postura excessivamente defensiva; caráter retórico do discurso diplomático de Collor em relação à orientação do governo anterior e ausência de participação institucional do Itamarati na formulação daquele discurso; preocupação do Itamarati em defender competências do ministério na área econômica e comercial face à criação do Ministério da Economia, e em garantir que mudanças liberalizantes não fossem concessões unilaterais; papel positivo do Ministério das Relações Exteriores no processo de redefinição do modelo de desenvolvimento no sentido de manter coerência da diplomacia frente às pressões externas; postura nacionalista do Ministério da Ciência e Tecnologia naquele mesmo processo; evolução da política nuclear brasileira, com medidas tomadas pelos governos Sarney, Collor e Itamar Franco (1992-95); obstáculos à revisão da legislação referente à propriedade intelectual, necessidade de readaptação do Itamarati ao novo modelo de desenvolvimento e abertura do debate dentro e fora do ministério.

Papel do Itamarati em assegurar que abertura econômica e comercial fosse aproveitada para aprofundar integração regional; avanço rápido nas negociações do MERCOSUL como projeto audacioso do Estado; papel do Brasil, dentro do MERCOSUL, em assegurar a adoção da TEC (Tarifa Externa Comum) face à resistência argentina; convite para a secretaria geral do Ministério das Relações Exteriores e ascensão ao cargo de ministro no governo Itamar; orientação geral daquele governo de imprimir moderação ao tratamento de certos temas da política externa; novas ênfases introduzidas pelo governo Itamar no tocante à reforma do Conselho de Segurança da ONU e à criação da ALCSA (Área de Livre Comércio Sul-americana); proposta da ALCSA como sinalização do aprofundamento da integração na América do Sul e alternativa à proposta norte-americana da ALCA (Área de Livre Comércio Americana); lançamento da CPLP (Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa), que reincorpora a África ao discurso e prática diplomática do Brasil; viagens a países africanos durante sua gestão à frente do Itamarati; importância da viagem à Cuba e da adoção de uma política de “mão estendida” em relação à ilha; influência brasileira sobre novas posições assumidas pelo governo cubano; luta interna no Itamarati entre “neoliberais” e “neodesenvolvimentistas” durante governo Itamar; críticas do embaixador Paulo Nogueira Batista à política externa de Collor e oposição à adoção da TEC; abstenção brasileira na votação do Conselho de Segurança da ONU em relação à intervenção no Haiti (1994).

Desastre da reforma administrativa do Itamarati realizada pelo governo Collor; orientação do governo Itamar de corrigir “excessos” de cosmopolitismo ocorridos no governo anterior, mas preservando aspectos positivos; interesse e participação do presidente Itamar Franco no processo decisório da política externa, especialmente no episódio do voto na ONU sobre a intervenção no Haiti; avaliação que levou ao lançamento da candidatura brasileira a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, em 1994; importância desse tema nos contatos diplomáticos brasileiros em

1994 e primeiros apoios recebidos; evolução e complexificação das perspectivas de reforma do Conselho e diferentes tratamentos dados pelos governos Itamar e Fernando Henrique Cardoso (1995-99 e 1999-2003) à questão; atributos que embasariam a ambição brasileira de integrar o Conselho e comparação com outros momentos em que tal aspiração também se colocou, como na Liga das Nações e na criação da ONU; naturalidade da candidatura do Brasil em função do peso de sua presença internacional; importância da incorporação da América Latina na representação permanente do Conselho de Segurança; posição dos países latino-americanos, especialmente México e Argentina, em relação à ampliação do Conselho e à candidatura brasileira; dificuldades conceituais de implantação da proposta argentino-mexicana de rotatividade dos novos membros permanentes.

Posição dos países latino-americanos quanto à proposta de rotatividade dos novos membros permanentes do Conselho de Segurança; comparação entre candidatura brasileira atual e à época da Liga das Nações e da criação da ONU; candidatura brasileira como representante da América Latina; críticas à noção de “consenso regional” como critério de escolha dos novos membros permanentes do Conselho; questão do direito de veto para os novos membros permanentes; situação do projeto de reforma do Conselho de Segurança apresentado pelo Grupo de Trabalho da ONU (Projeto Razali); principais divergências dentro da coalização majoritária de estados-membros que apóia a ampliação do Conselho; análise da crise diplomática Brasil/Argentina provocada pela entrevista do presidente Carlos Menem ao jornal *O Estado de S. Paulo* (17/08/1997); oposição na própria Argentina à proposta daquele país de rotatividade dos novos membros permanentes; conversa pessoal com o chanceler argentino Guido di Tella, durante o governo Itamar, sobre as diferentes vocações geopolíticas de Brasil e Argentina; possíveis contradições entre a posição do Brasil como representante de si mesmo ou da América Latina no Conselho.

Peso dos argumentos normativos e/ou pragmáticos nos pronunciamentos brasileiros na ONU; visão e atuação brasileira em relação à reforma geral da ONU; paralelo entre a reforma da ONU e a tendência mundial de reforma do Estado e repercussões políticas e organizacionais da primeira; posição dos EUA frente à reforma da ONU.

Entrevista: 29.11.1997

A.S. - Embaixador, eu tinha pensado em começar com uma discussão mais geral sobre política externa, até porque o senhor foi ministro das Relações Exteriores em um momento crucial, do ponto de vista disso que a gente conversou, das redefinições da política externa trazidas pelo governo Collor. O senhor assume o Ministério em julho de 1993, com a saída do Fernando Henrique Cardoso, que vai para o Ministério da Fazenda. O governo Collor ficou caracterizado como o responsável pela introdução de mudanças na política externa: a chamada desobstrução da agenda negativa com os Estados Unidos, a construção da chamada agenda positiva... a questão da informática já estava resolvida, mas, sobretudo havia a promessa de resolução da questão das patentes, da propriedade intelectual; mudanças na política tecnológica nuclear: a ratificação de Tlateloco, a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Material Nuclear, a discussão em torno do TNP¹, na política ambiental; e de uma forma geral, o abandono do chamado discurso terceiro-mundista. Eu me lembro daquele discurso de posse do Collor... Não sei se foi do Collor ou do Resek... dizendo que o Brasil estava destinado a entrar para o Primeiro Mundo.

C.A. - Do Collor.

A.S. - Aquilo ali marca uma certa posição em relação ao abandono de um discurso...

C.A. - Uma certa posição voluntarista. Depois a gente pode comentar.

A.S. – Voluntarista, está certo. [risos] E na política econômica externa também: toda a parte de abertura comercial, desregulamentação, privatização, abertura dos investimentos externos... Enfim, a idéia de que o Brasil tinha que ter uma inserção competitiva na nova ordem econômica internacional, que se caracterizaria pela globalização. O senhor, nesse período, estava no GATT. O senhor vai para o GATT em 1991.

C.A. - No início do governo Collor, na gestão do ministro Resek, eu era chefe do Departamento Econômico do Itamarati. Fui para o GATT em 91.

A.S. – Como o senhor viu essas mudanças?

C.A. - Bem, eu diria o seguinte: as coisas mais importantes, realmente substanciais, foram as mudanças na política econômica externa e as mudanças em relação à alta tecnologia, com possíveis utilizações militares, sobretudo a área nuclear. Essas foram as duas mudanças realmente mais importantes, as outras, que você mencionou, de alguma forma estão ligadas a elas. No que diz respeito a uma mudança de ótica, a uma visão, como se o Brasil tivesse saído de uma retórica terceiro-mundista para uma política de busca de entendimento com o Primeiro Mundo, na realidade eu acho que isso foi mais retórico do que real. Houve uma mudança... talvez uma certa *nuance*, uma certa inflexão – mas eu diria que nem a política anterior era assim tão terceiro-mundista como se dizia, nem a política do governo Collor foi antiterceiro-mundista, necessariamente – à medida que os problemas foram aparecendo. Então eu colocaria uma *nuance* nessa visão geral. E eu diria que no governo do presidente Itamar (mas acho que isso, provavelmente, será uma outra pergunta), essa *nuance* ainda ficou mais marcada. Acho que nós podemos voltar a isso. Agora, de fato, no terreno da política econômica externa, que se refletia

¹ Tratado de Não-Proliferação.

muito no meu trabalho no GATT, a mudança foi notável, porque o Brasil passou de uma situação em que tinha uma lista de dois mil produtos de importação proibida, praticamente... Não era esse o termo, mas era isso...

A.S. - O Anexo C, não é?

C.A. - É, o famoso Anexo C da CACEX, em que tinha tarifas altíssimas para muitos produtos, que tinha uma série de restrições a investimentos e políticas mais nacionalistas, se você quiser usar o termo, ou protecionistas, na área de propriedade intelectual, informática, e essas políticas foram alteradas substancialmente. Algumas das alterações já haviam... Quer dizer, já havia um processo anterior.

A.S. - Inclusive, a extinção do Anexo C é anterior ao governo Collor.

C.A. - É anterior. E nos últimos anos do governo Sarney – eu me lembro disso porque eu estava no Ministério da Ciência e Tecnologia –, as autoridades econômicas do Ministério da Indústria e Comércio já vinham olhando a necessidade de dar mais competitividade à indústria brasileira, de reduzir os níveis de proteção... Mas não há dúvida de que o choque do Collor, eliminando o restante das proibições e... tomando uma série de outras medidas, teve um impacto muito grande, e aliás, de uma certa maneira, nos possibilitou negociar no GATT de uma maneira mais normal, porque no GATT, a presunção é que você está trabalhando para um processo de liberalização. E o Brasil, justamente porque tinha uma política muito protecionista baseada no modelo de substituição de importações, tinha, no GATT, uma postura muito defensiva em relação aos temas. Nosso objetivo ali era sempre evitar tratar de certos temas ou evitar a discussão de certas questões. Eu não estou nem discutindo o mérito, é um fato. E, com essas mudanças, foi possível termos uma postura negociadora mais agressiva, de buscar também vantagens em produtos que nos interessavam, na área agrícola, têxteis...

A.S. - Aceitar a inclusão dos temas de serviço, propriedade intelectual...

C.A. - Isso já vinha vindo, essas coisas todas já vinham vindo. Mas a liberalização que o Collor permitiu, sobretudo na área dos produtos... Porque ele permitiu, por exemplo, o Brasil ter consolidado no GATT, junto com os outros países do Mercosul, (Paraguai ainda não era membro, nessa ocasião, estava em processo de negociação) uma tarifa para produtos industriais na ordem de 35%. E era uma tarifa que nos daria uma certa folga, porque se planejava nas reduções tarifárias níveis abaixo de 20, e a consolidação no GATT em 35 nos deu, digamos, mais munição nas outras partes que nos interessavam também, para atuarmos como *demandeur*. Na realidade, em períodos anteriores, o Brasil quase não podia ser *demandeur* em nada, porque a nossa postura era sempre defensiva, por várias razões, aliás, não estou... Mas, de fato, houve uma mudança marcante no início do governo Collor, embora, como eu tinha dito, os primeiros sinais dessa mudança tenham antecedido o governo Collor. A própria política de informática, no GATT, já começou a mudar antes do governo Collor. E as negociações em torno da propriedade intelectual também começaram antes. Agora, no governo Collor, como tudo tinha aquele estilo espetacular, de vez em quando havia uma decisão súbita sobre certos assuntos.

A.S. - E o senhor atribui, então, a uma questão retórica. Mas por que a necessidade da retórica? Por conta disso? Por uma necessidade política de marcar uma nova era, vamos dizer assim?

C.A. - Eu acho que sim. Eu acho que as próprias circunstâncias em que o Collor foi eleito, as circunstâncias de política interna e várias outras apontavam no sentido de que

ele quisesse realmente fazer uma distinção, uma clivagem, entre o que ocorria antes e o que veio a ocorrer depois. Não me parece que, do ponto de vista da orientação geral da política externa, isso tenha tido muitos outros impactos. E isso não é pouco, evidentemente, na questão da política econômica, na política comercial, e na política nuclear sobretudo e alguns outros aspectos associados à política nuclear ou similares à política nuclear. Mas, por exemplo, o Brasil continuou fazendo parte do G-15, que é um grupo dos países em desenvolvimento; a situação em relação aos não-alinhados não mudou, era observador antes, continuou a ser observador depois...

A.S. - Bom, os próprios não-alinhados passaram a ter cada vez menos importância.

C.A. - É. Mas o Brasil continuou a ser membro do Grupo dos 77, na ONU. Quer dizer, não houve, assim, uma revolução na nossa política, no sentido de haver uma mudança geral de orientação. As atitudes em relação a certos conflitos não sofreram mudanças notáveis, digamos, em relação a Cuba ou em relação ao Oriente Médio. Agora, sem dúvida alguma, na política comercial e na política estratégica, nuclear, houve mudanças importantes.

A.S. - Qual foi o papel do Itamarati na formulação desse discurso inaugural? Houve um diálogo entre o Itamarati e o *staff* do presidente Collor a respeito de quais deveriam ser os rumos da política externa? Porque como o Collor também tinha um estilo dele com ele mesmo, era característica...

C.A. - Eu imagino que ele tenha tido alguma assessoria diplomática, mas não terá sido uma assessoria formal do Itamarati. Eu, pessoalmente, não participei de nada, de modo que essas medidas todas surgiram com grande surpresa, algumas delas, mais pela extensão, talvez, do que pela maneira como foram apoiadas, aprovadas... No discurso, é possível que ele tenha tido a colaboração de algum diplomata, mas, que eu saiba, não houve nenhuma participação institucional propriamente do Itamarati. Mesmo porque a escolha do ministro do Exterior, acho que foi muito próxima da posse, e não creio que houvesse propriamente uma equipe formada. Mas o que posso dizer é que, na época, eu estava no Departamento Cultural do Itamarati, tinha pouco a ver; passei para o Departamento Econômico já com o ministro Resek. E a principal preocupação nos primeiros dias e depois, quando eu estava no Departamento Econômico, isso levou um mês, mais ou menos, era sobretudo garantir as competências do Itamarati. Porque naqueles primeiros decretos-lei ou alguma medida provisória, algumas competências eram transferidas para o Ministério da Economia. Você lembra que ele criou o Ministério da Economia.

A.S. - Era o superministério.

C.A. - Superministério. E na parte de negociação comercial externa, que sempre foi uma área de competência do Itamarati, era... A redação era um pouco ambígua mas dava uma competência predominante ao Ministério da Economia. Então, a nossa preocupação foi sobretudo garantir a continuidade da competência do Itamarati, o que se conseguiu. E depois, aos poucos, tentar introduzir elementos, não de mudança no conjunto da orientação, mas sobretudo no sentido de garantir que aquilo que se estava implementando, e que ia ser implementado, pudesse ser objeto também de negociação e não simplesmente de uma mudança unilateral absoluta. E eu acho que parcialmente, não integralmente, nós fomos bem sucedidos. Por exemplo: embora as tarifas tenham sido reduzidas muito abruptamente, no GATT, nós continuamos a ter esse nível de consolidação de 35%, que era uma margem razoável, se você levar em conta que hoje, a tarifa externa comum do Mercosul é 12... 14, porque agora houve um aumento. Houve

uma margem... Claro que isso só ocorreu depois, mas, de qualquer maneira, havia uma margem razoável. Então, a nossa preocupação foi sobretudo introduzir cautelas desse tipo.

A.S. - Mas o senhor diz isso por quê? O senhor acha que se isso tivesse ficado única e exclusivamente sob responsabilidade da equipe econômica do Collor, essas cautelas não existiriam? Havia alguma divergência de postura, é isso?

C.A. - Não... não creio... Não sei. A coisa não chegou a esse ponto, até porque havia também diplomatas, nessa parte internacional da área econômica, que tinham essa preocupação. Mas o Itamarati, por vocação, é um órgão negociador, e havia o risco, a possibilidade, digamos, de que outros órgãos, olhando mais do ponto de vista da política interna, dissessem: “Bom, isso é bom para nós, não é? Vamos fazer de uma vez e pronto.” E perdessem a chance de negociar. Em certa medida, isso ocorreu também, mas procurou-se fazer um certo equilíbrio. Outro exemplo é o próprio caso da propriedade intelectual. Não me recordo agora de todos os detalhes, mas, se você lembrar que entre as primeiras declarações – ainda quando, se não me engano, da visita do Collor aos Estados Unidos, até mesmo antes da posse – e o que acabou acontecendo, passou-se um bom tempo; no meio tempo, houve a negociação do acordo de Trip’s, no GATT, que embora tenha um sentido também, em geral, de proteção à propriedade intelectual, mas dentro de garantias multilaterais e de certas cautelas que talvez não se tivesse tido.

A.S. - O senhor acha que o Itamarati teve um papel importante nesse sentido?

C.A. - Eu acho que o Itamarati teve um papel.

A.S. - É... Aí também entrou a sociedade, porque esse projeto foi longamente discutido, até porque envolvia interesses...

C.A. - É. Claro. Não quero superestimar o papel do Itamarati, mas a linha do Itamarati era um pouco: “Olha, vamos negociar, não vamos fazer a coisa de uma vez, não vamos perder a chance de negociar alguma coisa.” Se você me perguntar concretamente “O que vocês conseguiram negociar efetivamente, o que conseguiram em troca?”, é meio difícil medir. Mas é aquilo que eu estava lhe falando: o fato de estar havendo aquela liberalização... mas o fato da gente ter conseguido, em parte, garantir que não fosse de uma maneira indiscriminada, imediata e gratuita, permitiu ao Brasil ter uma posição de maior agressividade, como houve, de fato, durante o período final da Rodada Uruguai, em que nós pudemos introduzir maior atenção a áreas de interesse nosso. Embora os resultados, talvez, tenham sido mais modestos do que gostaríamos.

A.S. - A própria Rodada.

C.A. - A própria Rodada. A força negociadora varia, de país para país. Mas alguma coisa se conseguiu na agricultura, alguma coisa se conseguiu na [inaudível].

A.S. - Eu até vou voltar a isso depois, se bem que eu acho que o senhor acabou tornando um pouco obsoleta a minha pergunta. Mas a gente volta a isso depois. O senhor disse que já no governo Sarney havia um movimento, dentro de agências burocráticas, no sentido de que era preciso abrir a economia, ou seja, no sentido de que era preciso rever o modelo desenvolvimentista. Como é que o Itamarati se situava nisso? Havia essa percepção do ponto de vista do Itamarati enquanto corporação? O Itamarati visualizava isso, que de fato o modelo tinha que ser revisto? Porque a gente sabe que assim como tinha agências burocráticas que favoreciam, tinha agências burocráticas que se tornaram um foco de resistência a isso.

C.A. - É. Nessa época, a época do governo Sarney, a minha percepção é mais de fora do Itamarati, eu estava no Ministério da Ciência e Tecnologia.

A.S. - Mas o senhor estava em um ministério chave, porque o senhor estava em um ministério onde duas questões passavam por ele: a da informática e outra, que começou a ser tratada nessa época, que era a da propriedade intelectual.

C.A. - Nós faríamos parte, digamos, mais desses elementos da resistência.

A.S. - Da resistência. Isso eu já estou perguntando, inclusive, baseada na entrevista do embaixador Marcílio.

C.A. - É. Eu diria que, nessa época, o Itamarati estava num meio termo. O que era natural, porque o Itamarati era... Eu acho que o problema, enfim... Aí é uma visão subjetiva minha. Já que você tocou no aspecto subjetivo, uma visão subjetiva minha...

A.S. - Tudo bem, é para ser mesmo. Até porque o Itamarati... Parece que não mas existe subjetividade também.

C.A. - É. É uma visão subjetiva porque, como eu lhe disse, eu via a coisa por outro ângulo.

A.S. - A corporação é feita por pessoas.

C.A. - Evidente. Mas o que eu acho é que era menos... digamos, que o Itamarati estivesse fazendo parte, já, de um movimento para redefinir. Eu acho que isso começou realmente internamente, na área econômica, e depois de um certo ponto até o Ministério da Ciência e Tecnologia participou disso, porque também estava vendo que não era possível manter uma postura totalmente... E houve alguns episódios que ilustraram isso: uma negociação sobre o MS-DOS e outras que eu não me recordo mais em detalhes; a própria negociação bilateral de informática com os Estados Unidos, da qual o Ministério da Ciência e Tecnologia participou mas quem conduzia era o Itamarati, era o embaixador Paulo Tarso. Na minha visão subjetiva, o Itamarati também é o primeiro órgão que recebe as pressões externas. Naquela época, eu acho que ainda era menos uma questão de redefinir as políticas (do ponto de vista do Itamarati) do que responder a essas pressões de uma maneira razoável, preservando aquilo que fosse essencial etc. Acho que o Itamarati teve um papel positivo. Eu não estava no Itamarati no momento, mas eu acho que o Itamarati teve um papel positivo nessas negociações, no encaminhamento dessas negociações. E eu acho que o movimento de mudança de política era uma coisa ainda meio... Não era uma grande determinação, não foi uma coisa como ocorreu no governo Collor, uma nova visão... Era um processo dos tecnocratas que começavam a ver o esgotamento do...

A.S. - Não era estratégico, era uma coisa que...

C.A. - Não era estratégico. Era uma percepção de tecnocratas, muitos dos quais, depois, passaram até a fazer parte da equipe da Zélia, porque a própria Zélia fez parte da equipe econômica antes. Então eu acho que isso ocorria mais no Ministério da Indústria e Comércio, com participação da Ciência e Tecnologia e de outros. Mas eu não atribuo a isso as negociações-chave sobre informática ou sobre propriedade intelectual, que foram mais decorrência do embate externo. Depois, as duas coisas se casaram, naturalmente, porque uma coisa vinha por baixo, num sentido, e a outra veio por lá. Mas na época em que eu estava na Ciência e Tecnologia, fiquei lá até o início de 1988... Não! O final do governo Sarney foi 89, eu fiquei lá até meados de 88. Nessa época era nitidamente uma

questão de negociação diante de demandas externas, muito mais do que uma redefinição endógena da política.

A.S. - Era uma coisa assim: nós temos uma posição, sabemos que isso está se tornando a cada dia mais insustentável mas, até para ter uma certa coerência, temos que...

C.A. - É.

A.S. - Enquanto, internamente, você tinha movimentos de formulações de uma nova política, mas não foi uma coisa que se deu...

C.A. - Não foi uma coisa que se deu... Eu apenas fiz aquela observação porque às vezes dá essa impressão: bom, aquilo mudou de uma hora para outra. Realmente mudou, porque houve gestos...

A.S. - Sim. O fato de ter um novo governo, uma nova administração, favorecia.

C.A. - É, um novo governo. Aquilo já correspondia um pouco ao que algumas pessoas estavam estudando, pensando. Eu me lembro... Agora me escapa o termo, não era perfis industriais, um termo que era usado no Ministério da Indústria e Comércio para definir, digamos...

A.S. - O Ministério da Indústria e Comércio tinha um papel importante nesse processo?

C.A. - Tinha. Tinha um papel importante.

A.S. - O BNDES também tinha. A parte de política industrial

C.A. - O BNDES também. Exatamente. Bom, eu não sou especialista nisso, estou dizendo um pouco o que eu vi.

A.S. - O senhor acha que de fato o Ministério da Ciência e Tecnologia era um foco de resistência ou era um pouco nessa linha que o senhor está dizendo, de...

C.A. - O Ministério de Ciência e Tecnologia, do conjunto de ministérios, falando daquele período entre 85 e início de 88, quando eu estive lá... Depois os rumos mudaram um pouquinho, eu tive um período, digamos, tipicamente PMDB, com Renato Archer e depois Luís Henrique. O Ministério da Ciência e Tecnologia correspondia a uma, para usar o termo, *constituency* tipicamente nacionalista, disso não há dúvida; mais do que os outros ministérios, possivelmente, porque estava envolvido na política de informática, estava envolvido na política de química fina, biotecnologia, que tinham também alguma coisa a ver com esse aspecto da propriedade intelectual. De modo que eu diria que ele faria parte de uma linha mais nacionalista. Tudo com gradações, porque também não era que um fosse nacionalista e o outro antinacionalista. Não é bem assim.

A.S. - Eu ia fazer essa pergunta mais tarde mas acho melhor fazer agora, já que a gente está falando disso. O que realmente começou com o governo Collor, o que já vinha sendo implementado desde o governo Sarney? Nós fizemos uma entrevista longa, porque era uma entrevista dentro do programa de História Oral, de história de vida, com o embaixador Marcílio Marques Moreira, que foi o embaixador em Washington de 86 a 91, quando assumiu o Ministério da Fazenda, e ele diz isso...

C.A. - Eu fui para Genebra graças ao fato de que o Marcílio foi para o Ministério da Fazenda e o Ricúpero foi para Washington, então eu fui para o lugar dele.

A.S. - E ele diz exatamente isso, ele diz que foi nomeado para o posto diretamente pelo Sarney e que já havia essa intenção, a intenção de que ele fosse para lá com a idéia

de construir a chamada agenda positiva, que envolvia informática, patentes e dívida, porque no caso...

C.A. - É. A dívida na época talvez fosse mais forte.

A.S. - É. Era um tema muito forte. Teve toda a discussão em torno da moratória e tudo mais. Ele diz que a área nuclear ficou de fora por motivos de política doméstica, porque envolvia... Até a gente conversou sobre isso porque foi uma coisa interessante. A informática, você tinha uma política estratégica e, no entanto, você negociou mais rápido. A área de patentes, você não tinha uma política estratégica e, no entanto, a negociação foi muito mais complicada.

C.A. - Porque tinha mais interesse estabelecido.

A.S. - Aqui, não é?

C.A. - No Brasil.

A.S. - E a área nuclear, naquele momento, ainda era um certo tabu, até porque envolvia uma questão militar.

C.A. - A área nuclear talvez tenha sido a mudança mais importante.

A.S. - E ele diz que até em relação às questões ambientais, que também começou a mudar no período em que ele estava lá, com a morte do Chico Mendes...

C.A. - Mas mesmo na área nuclear... Desculpe interromper. Mesmo na área nuclear o que foi feito no governo Collor, também sempre foi mais espetacular...

A.S. - Não chegou a...

C.A. - Não, não! Não, também não se concluiu, só se concluiu no governo Itamar. E de certa maneira ainda está se concluindo, no que diz respeito ao tratado de não-proliferação. Mas só foi possível pelo início dos acordos nucleares entre Brasil e Argentina, que também foi no governo Sarney. Quer dizer, de certa maneira, descartaram as ameaças que poderiam justificar um programa nuclear militar no Brasil. Isso foi no governo Sarney. Agora, os passos, digamos assim, político-jurídicos mais importantes foram, de fato, no governo Collor, que foram três coisas essencialmente: a...

A.S. - A ratificação de Tlateloco...²

C.A. - A ratificação só se deu no governo Itamar. Mas enfim, a decisão de negociar Tlateloco, fazer umas pequenas emendas a Tlateloco que permitiriam a ratificação, isso foi no governo Sarney.

A.S. - Teve aquele negócio da serra do Cachimbo.³

C.A. - Pois é. Isso foi o Collor. Mas a Agência Brasileira de Contabilidade e Controle⁴, e isso eu estive envolvido também na negociação, por alguma razão misteriosa – isso era responsabilidade do Departamento Econômico do Itamarati –, e a negociação dos acordos de salvaguardas abrangentes com a Agência de Energia Atômica⁵. Isso ocorreu no governo Collor. A ratificação desses acordos, desses três, ocorreu no governo Itamar.

² Tratado para proscrição de armas nucleares na América Latina e no Caribe.

³ Notícia da construção de instalações subterrâneas na serra do Cachimbo, sul do Pará, para testes nucleares com fins militares.

⁴ Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares – ABACC.

⁵ Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA.

A.S. - Por que a área nuclear era mais difícil? Porque ela era mais importante, do ponto de vista estratégico? Porque ela envolvia setores militares? Se bem que informática envolvia também.

C.A. - Sim, mas não tanto. Eu diria que é um pouco diferente. Havia muitos militares envolvidos na área de informática, mas não era tão vital para eles quanto a área nuclear, que era um símbolo de prestígio, de força. Enfim, eu acho que essa era uma decisão que, na extensão em que foi tomada pelo governo Collor, provavelmente só foi possível porque foi, realmente, fruto de um outro processo. Com todos os defeitos que pode ter tido o governo Collor, não há dúvida, ele foi eleito, uma eleição democrática e...

A.S. - É. Tinha uma base política diferente.

C.A. - Uma base política diferente. O governo Sarney, apesar de ser um governo de abertura, muita coisa foi desenvolvida do ponto de vista político mas foi um governo de transição. Eu acho que o mérito político do governo Sarney foi ter operado essa transição.

A.S. - E a área de patente? A gente comentou que é curioso porque foi mais difícil do que a informática onde havia uma política definida. O senhor tinha dito: porque tinha mais interesse estabelecido -, em que sentido? No sentido da indústria farmacêutica nacional?

C.A. - É. A indústria farmacêutica nacional, que era pequena, digamos assim, se você comparasse com o total do que se consumia no Brasil, ou com o total que se produzia, se incluir as multinacionais, mas eram interesses localizados, há muito estabelecidos. Não eram novos. A informática era um processo ainda em formação. Quer dizer, estou fazendo uma análise *a posteriori*, meio improvisada. Eu tenho a impressão de que foi relativamente fácil para os empresários de informática, se adaptarem à nova realidade. Passarem, digamos, de produtores exclusivos para *joint ventures* ou para outras... Alguns não, alguns sucumbiram, mas...

A.S. - O que acontece é que, de fato, na informática você criou uma indústria (talvez por isso) que tinha alguma condição de sobreviver, em termos competitivos, e talvez, a de produtos farmacêuticos não tivesse nenhuma.

C.A. - É. Era tecnologicamente menos avançada também. Era uma questão, realmente, de um protecionismo clássico. Eu diria que no Ministério da Ciência e Tecnologia, e eu acho que o Itamarati também trabalhou nesse sentido, o nosso objetivo principal nas negociações com os Estados Unidos e mesmo nas negociações com o GATT era ganhar tempo. Nesse tipo de negociação internacional, um dos objetivos... Certas coisas são inevitáveis, você já está vendo o que vai acontecer no futuro, mas ao ganhar tempo, teoricamente você permite um processo de adaptação às novas circunstâncias. Nesse sentido, se você pensar que as primeiras pressões em relação à área de propriedade industrial, quer dizer, de patentes, foram no final de 85, início de 86, até finalmente isso passar a valer, ir para o Congresso e entrar em vigor aqui, passaram-se quase dez anos. Então algum tempo se deu para a adaptação. Agora, se o setor...

A.S. - Se criou um acordo no quadro internacional...

C.A. - Enfim, eu acho que era diferente. Realmente, a informática, apesar de alguns defeitos, do custo alto etc. era um setor dinâmico, que estava crescendo. A outra não. A outra, apesar de toda a proteção, era um setor que vinha diminuindo. Um dos argumentos que era difícil para o pessoal da área rebater, do nosso setor brasileiro, era que, apesar de toda aquela proteção, a participação das indústrias brasileiras no conjunto

da produção nacional era decrescente. Então era uma proteção que aparentemente não estava funcionando e com o tempo acabou tendo que ser reavaliada.

A.S. - O código também envolveu outras discussões. Essas discussões sobre propriedade intelectual envolviam outras...

C.A. - Pois é. Depois passou a ter outro processo.

A.S. - Voltando um pouco à parte mais geral de política externa; nesse período também, com a ascensão do Collor, abre-se um debate interno no Itamarati. Eu me lembro porque isso repercutiu na área acadêmica, foram encomendados *papers*, foi realizada uma série de seminários, justamente em torno dessas questões. Uma parte desses *papers* foi publicada nas últimas publicações da Funag⁶ e do IPRI⁷ como *Sessenta anos de política externa brasileira*; mas também teve alguns *papers* internos que nunca vieram a ser publicados. Como é que o senhor viu essa discussão? O senhor participou de alguma forma desse debate? O que também reflete uma percepção do Itamarati, eu penso, no sentido de que ele tinha que se abrir um pouco, até pela própria democratização política, para a sociedade, em termos de receber *input* para a formulação da política externa.

C.A. - Eu participei de vários debates, tanto no Ministério da Ciência e Tecnologia quanto mais tarde, como chefe do Departamento Econômico e embaixador em Genebra. Vi várias dessas discussões, inclusive nesse projeto, do qual eu também fiz parte. Eu acho que, na realidade, foi necessária uma readaptação do Itamarati a uma nova realidade, porque... Talvez até um pouco, digamos assim, caricaturalmente: “Olha, o que o Itamarati faz em matéria de negociação internacional, a nossa política comercial externa, é um pouco uma espécie de guarda republicana do processo de substituição de importações; o processo de substituição de importações acabou ou está sendo mudado radicalmente, e nós ainda estamos aqui continuando...” Não adianta, porque o Itamarati não define a política industrial brasileira, não pode ter essa pretensão. Ele pode ter tido alguma influência marginal em algum momento ou outro, mas ele não define a política industrial, ele não define a política econômica. Então você tem que, a partir de uma realidade de política econômica e de política comercial, procurar ver qual é o melhor interesse brasileiro, procurar garantir, como eu lhe disse, que as coisas, dentro do possível, sejam objeto de negociação e não de uma abertura graciosa. Mas era preciso ter presente a nova realidade: o modelo era outro, passaria a ser outro, e houve vários fatos que apontaram nesse sentido. E nós temos que nos adaptar a essa realidade. Nós participamos ativamente de várias dessas discussões, desses novos termos que foram surgindo, a inserção competitiva...

[FINAL DA FITA 1-A]

C.A. - Do ponto de vista da minha preocupação – não posso falar pelo Itamarati como um todo –, eu tinha uma experiência prévia, inclusive no Ministério da Ciência e Tecnologia, que me dava uma visão um pouco pessoal, não sei se melhor ou pior, mas um pouco específica, digamos. Então a minha preocupação era que a definição desse processo de inserção competitiva não se confundisse com uma abertura indiscriminada. A idéia era que você não podia mais continuar crescendo na base da substituição de

⁶ Fundação Alexandre de Gusmão.

⁷ Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais.

importações, mas isso não significava uma redução do Brasil ao que ele tinha sido antes, quer dizer, um país essencialmente agrícola ou coisa semelhante, e que era importante equilibrar isso com investimentos em ciência e tecnologia, investimentos em pesquisa, em educação, que dessem ao Brasil condições de participar ativamente. Agora, a nossa influência nisso é pequena, quer dizer, era, talvez, uma influência conceitual. Na parte negociadora, um pouco já lhe disse como é que nós nos comportamos. Um outro elemento talvez importante, dentro desse processo internacional, dessa redefinição – e eu acho que isso correspondeu a uma percepção que se teve no Itamarati, e aí eu já estava no Departamento Econômico, embora sempre há raiz – eu diria concedente, foi de que, já que nós estávamos num processo de abertura, isso era uma definição das autoridades econômicas, não era uma definição do Itamarati. O momento tinha que ser aproveitado para nós aprofundarmos a abertura regional, daí nasce o Mercosul, e aproveitarmos aquele impulso liberalizador para conduzi-lo para onde ele nos parecia trazer vantagens maiores para o Brasil, tanto econômicas quanto políticas. E isso, de certa maneira, com base também no que já tinha sido feito no governo Sarney, em termos de aproximação com a Argentina. Mas realmente se deu um salto qualitativo no início do governo Collor, que culminou no Tratado de Assunção⁸. Isso eu acho que foi uma coisa muito importante.

A.S. - Aí o papel do Itamarati foi fundamental.

C.A. - Aí, eu acho, o Itamarati teve um papel fundamental, porque havia muita discussão, muita gente dizia: “Por que nós vamos ficar perdendo tempo com a Argentina?...”

A.S. - Até hoje, não é?

C.A. - Não, eu acho que hoje... Um negócio interessante: hoje em dia, o Mercosul é visto como um patrimônio da sociedade brasileira. Pode haver críticas, mas os próprios empresários são os primeiros a defender o Mercosul. Quando começou não era bem assim. Havia, naturalmente, setores interessados, mas eu diria que o Mercosul foi um projeto de governo, uma visão de que isso era importante econômico e politicamente. E foi um projeto audacioso. De certa maneira aquela forma, até um pouco abrupta como o governo Collor agia, permitiu fazer coisas que talvez não fossem possíveis num outro contexto.

A.S. - É. Porque foi um processo de integração muito acelerado.

C.A. - Quando nós tomamos a decisão – Brasil e Argentina inicialmente, depois Uruguai e Paraguai se juntaram – de caminhar para a tarifa zero em quatro anos...

A.S. - 1995...

C.A. - 1994. A previsão era para antes do final do governo Collor e do governo Menem.

A.S. - A União Européia levou quantos anos para fazer isso?

C.A. - Isso foi uma coisa impressionante, foi decidido no começo de 90. Culminou numa viagem que o Collor fez à Argentina – a primeira viagem do Collor à Argentina – houve um acordo entre os dois, e logo depois Paraguai e Uruguai se encontraram. Isso foi importante. E outra coisa importante nesse processo, e aí também o Itamarati... Não só o Itamarati, outros órgãos também, mas o Brasil teve um papel importante dentro do

⁸ Tratado para a constituição de um mercado comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, assinado em Assunção, Paraguai, no dia 26/03/1991.

Mercosul nesse aspecto, que foi enfatizar que esse processo de liberalização tinha que vir conjuntamente com uma tarifa externa comum, portanto com a criação de uma união aduaneira, que é uma coisa muito mais sólida e muito mais permanente do que uma área de livre comércio.

A.S. - O senhor diz o Brasil por quê? Havia alguma resistência da parte da Argentina a esse projeto?

C.A. - A Argentina tinha mais interesse no aspecto da liberalização. E durante muito tempo, mesmo depois do Tratado de Assunção em que a tarifa externa comum já era colocada como meta ao longo do processo negociador – talvez não tenha ainda condições de entrar em detalhes, as discussões são ainda recentes –, várias vezes as autoridades argentinas procuravam desviar o projeto, mais no sentido só de uma área de livre comércio, entre outras razões, porque isso poderia dar oportunidade de uma negociação paralela com o NAFTA⁹. E nós dizíamos que não éramos contra uma negociação com o NAFTA, mas se tivéssemos que fazer, teria que ser uma negociação conjunta e, por isso, a tarifa externa comum era fundamental. Em vários momentos do processo, aí já eu era ministro, eu me lembro, o presidente Itamar Franco chegou a escrever cartas para o presidente da Argentina e para outros para dizer: “Olha, nós não somos contra o NAFTA, (porque havia aquele mito de que o Brasil era contra o NAFTA) mas temos que negociar em conjunto.”

A.S. - Embaixador, o senhor já disse que, de fato, o Itamarati teve um papel fundamental, que é a idéia de que já que estamos no processo de liberalização comercial, que ele possa ser canalizado também para aprofundar a integração regional. Mas essa visão que o senhor falou anteriormente, de que de fato a abertura é inevitável, ela diz respeito à própria evolução da economia mundial, mas é importante que ela não seja indiscriminada, quer dizer, que se crie condições de permitir não uma absorção do Brasil, mas de fato uma inserção, onde se permaneça tendo políticas tecnológicas, políticas industriais, ou seja, uma inserção ativa, não uma inserção passiva. O senhor acha que essa visão era até certo ponto hegemônica dentro do Itamarati? Consensual? E essa visão se chocava com a visão de outras agências burocráticas que talvez fossem mais liberalizantes, por exemplo, a área econômica?

C.A. - O discurso geral da área econômica era mais liberalizante, eu diria; mas, operativamente, a realidade é que vários setores da área econômica... Você se lembra que o Ministério da Economia englobou também a parte de indústria e comércio...

A.S. - É. Que se criou aquele superministério.

C.A. - É, superministério. Então, sempre vinham – e também havia, tanto na burocracia ou através da clientela da burocracia – os interesses que atuavam no sentido de ajudar essa linha de fazer a coisa mais gradualmente e mais negociadamente; de modo que eu não posso dizer que fosse uma coisa só do Itamarati. Na época eu era o principal responsável na área econômica do Itamarati; claro que se consultava o ministro Resek, mas o ministro Resek não tinha uma vocação econômica fundamentalmente, e o secretário-geral, que era o embaixador Azambuja – foram as duas pessoas que me convidaram para esse cargo –, também não era essencialmente pessoa ligada à área econômica. Não quero ser imodesto, mas tive um certo papel também, por coincidência, vamos dizer assim, e a minha visão era essa. E creio que, nessa época, era a visão consensual no Itamarati.

⁹ North American Free Trade Agreement (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio).

A.S. - O convite para assumir a pasta de Relações Exteriores, já no governo Itamar, partiu de quem?

C.A. - Eu, na realidade, fui convidado para ser secretário-geral; fui convidado pelo ministro nomeado, José Aparecido, que não chegou a assumir porque adoeceu. Para ser preciso, houve um intervalo entre o Fernando Henrique ter saído do Ministério e eu ter assumido como ministro. Eu fui convidado pelo José Aparecido, o atual ministro Lampreia era o secretário-geral do Fernando Henrique e ficou como ministro interino durante algum tempo, depois eu assumi como ministro interino. Quando finalmente o embaixador José Aparecido viu que não podia assumir mesmo, por questões de saúde, o presidente Itamar terminou me confirmando. Mas o convite veio, na realidade, através do embaixador José Aparecido, que ia ser ministro, tinha o decreto já publicado, não tinha era tomado posse, e foi ele que me convidou para ser o secretário-geral. E no final, passaram-se dois meses entre uma coisa e outra, até eu assumir como ministro.

A.S. - E o senhor conversou com o presidente Itamar a respeito da condução da política externa? A idéia era seguir o que já estava sendo feito? Havia alguma diretriz nova?

C.A. - Eu acho que havia uma... Eu conheci o presidente Itamar, não muito, mas conheci um pouco, porque tive uma conversa com ele uma vez, até passando aqui por Nova Iorque, quando eu ia para Genebra. Eu acho que havia uma noção de que era preciso – como houve em vários setores – não voltar ao passado totalmente, mas era preciso dar uma moderação, tanto no discurso quanto na prática, e em relação a alguns temas, examinar com uma cautela maior. Eu acho que isso ocorreu e em vários setores. Quer dizer, a própria maneira como foi negociada a questão da propriedade intelectual, mas em outras coisas, eram avanços reais, eu acho que continuou-se na linha, sobretudo porque houve um aspecto importante que foi a ratificação desses acordos na área nuclear. Eu fiquei apenas um ano e meio como ministro do Exterior, de modo que também não era um período que desse para fazer grandes reformulações em muitas coisas. Houve novas metas, algumas já tinham sido lançadas pelo próprio José Aparecido, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa... Eu diria que do ponto de vista macro da política externa, as duas ênfases novas... Haverá outras coisas, se você quiser depois aprofundar. Nós podemos mencionar duas ênfases importantes desse período: uma é justamente o tema que você queria tratar que é a questão da reforma do Conselho de Segurança. A oportunidade surgiu porque foi criado um grupo de trabalho nas Nações Unidas, mas nós pudemos ter uma posição mais afirmativa. Isso já tinha sido mencionado pelo presidente Sarney mas tinha ficado meio em banho-maria nos anos seguintes. E no governo Itamar, se você acompanhar os dois discursos que eu fiz como chanceler, esse ponto é muito ressaltado. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa eu já mencionei. O outro aspecto também importante foi a idéia de ter uma área de livre comércio da América do Sul. A ALCSA.¹⁰ Eu diria que foi uma coisa realmente importante porque era uma sinalização de duplo sentido: primeiro, que o Mercosul não se esgotaria em si mesmo, pois estava criando um núcleo para um processo de integração maior na América do Sul, partia do reconhecimento de que a realidade político-econômica, hoje em dia, não é tanto a América Latina, mas sim a América do Sul.

A.S. - É. Até porque o México, que é membro da ALADI,¹¹ está no NAFTA.

¹⁰ Área de Livre Comércio Sul-Americana.

¹¹ Associação Latino-Americana de Integração.

C.A. - E aí a força de atração dos Estados Unidos era muito grande. E também no sentido daquilo que se havia iniciado com o Mercosul. Diante de uma possível maior ofensiva dos Estados Unidos para uma área de livre comércio nas Américas, que só se manifestou mais tarde, a América do Sul poder estar unida diante de um projeto maior, eu acho que foi uma coisa importante. Mas a própria Comunidade dos Países de Língua Portuguesa já demonstrava um maior interesse pela África, que eu acho que foi uma outra coisa em contraste, pelo menos com o discurso, não tanto com a política, eu diria, mas com o discurso do governo Collor...

A.S. - Foi deixada de lado.

C.A. - No discurso, pelo menos, foi deixada de lado. E nós voltamos a dar uma maior atenção. Eu mesmo, no curto período em que estive no Ministério, fui a três ou quatro países, em situações diversas, o que não deixa de ser significativo. Fui ao Senegal, à África do Sul, fui a Moçambique, fui a Lusaca, na Zâmbia, para o acordo entre as duas facções, entre o MPLA¹² e o governo de Angola. Quer dizer, em um ano e meio é bastante.

A.S. - É bastante! E um tema que é histórico, em termos de questões brasileiras. Mesmo que ele tenha um peso econômico muito pequeno, ele sempre teve um simbolismo político muito grande, desde a política externa independente.

C.A. - Claro que as circunstâncias também ajudaram. A posse do Mandela criou uma nova realidade... A pacificação na África do Sul... Mas também foi a primeira vez que o Brasil participou com tropas, em uma operação de paz, foi em Moçambique. E a decisão de participar em Angola foi tomada também no governo Itamar Franco. Depois, a concretização só se deu em... Não me lembro mais em que data. Mas, então, isso também são pontos que eu acho importantes. Digamos, ainda dentro desse espírito de modular a nossa política externa de modo a não parecer que era uma coisa totalmente atrelada – não parecer e não ser totalmente atrelada – aos países desenvolvidos, eu diria que essas iniciativas na América do Sul são importantes. A participação no G-15, o presidente ir ao Senegal e, por exemplo, a viagem a Cuba, que eu fiz também por determinação do presidente, que me parece que foi um momento de dar uma maior atenção...

A.S. - É. No discurso de 94, da abertura da Assembléia Geral, tem uma menção explícita a Cuba.

C.A. - É. O Brasil queria, naquele momento, ter uma política... Nós reconhecemos que Cuba tem que passar por um processo de maior democratização, mas queríamos uma política mais de mão estendida. E foi um momento especialmente difícil de Cuba porque havia um isolamento muito grande, e eles mesmos deram, na ocasião, muita importância à visita e às iniciativas do presidente Itamar; tanto que, quando eu fui a Cuba, levei uma carta do presidente Itamar que tinha basicamente dois elementos, além do aumento da cooperação e coisas que normalmente... Havia dois elementos importantes: um era um pedido ao presidente Fidel Castro para que eles assinassem o Tratado de Tlateloco; e o outro era para instar, com muito respeito à soberania cubana, mas, instar o governo cubano a fazer algum gesto na área de direitos humanos. E nos dois aspectos nós fomos, na época, bem sucedidos porque, meses depois, o Fidel Castro escreveu para o presidente Itamar dizendo que ia assinar, e efetivamente assinou, o Tratado de Tlateloco. Eles não ratificaram até hoje, mas assinaram o tratado. E, durante a minha visita, eles decidiram convidar o alto comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos. Ele dizia: “Olha, é

¹² Movimento Popular de Libertação de Angola.

preciso vocês terem uma política mais transparente.” Não vou dizer que esses fatos sejam determinantes, mas isso...

A.S. - É claro. Houve uma resposta em termos de gestos concretos.

C.A. - Houve uma resposta positiva, digamos, ao que aqui nos Estados Unidos se chamaria de *constructed engagement*. Era um pouco o que nós estávamos fazendo naquela época, engajamento construtivo em relação a Cuba. Então, esses são pontos que diferenciam do governo Collor. Não é que o governo Collor tenha tomado uma atitude hostil em relação a Cuba, em algum momento, ou que tenha tomado uma atitude hostil em relação à África, mas não estava no quadro das prioridades.

A.S. - O senhor agora mencionou a ALCSA; é interessante, porque a ALCSA desapareceu, não é? Nunca mais se falou na ALCSA.

C.A. - Não se fala no nome, mas, na prática, se está fazendo, porque...

A.S. - Hoje em dia, tem todo esse debate Mercosul e ALCA,¹³ fala-se no Mercosul mas eu acho que desde o governo Itamar, com a ascensão do governo Fernando Henrique, não se fala mais da ALCSA. Posso estar errada, mas...

C.A. - Olha, eu não sei se essa sigla que nós inventamos na época tem sido usada, mas o fato é que esses acordos de livre comércio entre o Mercosul e o Chile, a Bolívia, o grupo Andino, são uma continuação do que o presidente Itamar propôs. Aliás, na realidade, era como nós havíamos concebido. Se você pegar os discursos que eu fiz, na época, na ALADI... No discurso do próprio presidente Itamar Franco na reunião do Grupo do Rio, ele se refere a isso: “Vamos constituir a ALCSA através de acordos de livre comércio entre os principais grupos de países etc.” Isso está indo para frente. Não sei se no ritmo que eu teria gostado ou outro, mas enfim, quando você está lá é que você sabe como é que pode fazer. Mas eu acho que isso não ficou mera retórica não, a coisa avançou. Embora, talvez...

A.S. - É. Você pode até mudar o termo. Até porque ALCSA rivaliza mais com ALCA, em termos de terminologia.

C.A. - Pois é. Mas curiosamente, se você pegar estudos... Tem vários artigos, eu já li mais de um artigo americano sobre isso, em que eles se referem à SAFTA¹⁴.

A.S. - Eles mantiveram. Porque na imprensa brasileira realmente não existe nenhuma menção.

C.A. - Não. Mas acho que o governo realmente não fez, talvez por motivos políticos, que eu compreendo. Talvez não tenha procurado insistir.

A.S. - Até porque não é o termo que é importante. Claro.

C.A. - É.

A.S. - Embaixador, achei interessante o senhor mencionar esses pontos onde... Não é que eu ache que tenha havido uma mudança total de estratégia, mas houve novas ênfases em pontos que até então estavam um pouco postos de lado. Porque alguns autores, ao fazerem uma análise sobre a política externa do governo Itamar, (depois eu dou o nome dos autores para não parecer que é uma coisa meio esotérica) consideram que a política externa do governo Itamar refletiria um momento de indefinição e mesmo

¹³ Área de Livre Comércio das Américas.

¹⁴ Acordo Sul-Americano de Livre Comércio (South America Free Trade Area).

de recuo em relação às mudanças introduzidas por Collor. Que haveria uma luta silenciosa dentro da burocracia e sobretudo dentro do Itamarati, opondo setores neodesenvolvimentistas ou neonacionalistas e setores neoliberalistas ou neocosmopolitistas. Claro, isso teria gradações, não é? Nós estamos trabalhando aqui com paradigmas, com paradigmas extremos. Teria gradações. Mas que uma das características, inclusive, é que a avaliação que cada um desses segmentos faria a respeito das condições internacionais no pós-guerra fria seria diferente. Quer dizer, os setores cosmopolitistas teriam uma avaliação positiva, no sentido de que as mudanças no sistema internacional no pós-guerra fria seriam mudanças que favoreceriam uma inserção internacional mais ativa do Brasil; e o segmento, a percepção neodesenvolvimentista, ao contrário, de que havia um sistema internacional mais rígido que estava aprofundando a clivagem Norte - Sul, que portanto, seria necessário voltar a uma política externa orientada, para usar a expressão do Araújo Castro, por esses pontos cardinais. Como é que o senhor vê essa interpretação?

C.A. - Bom, eu acho que tentar definir em termos de luta de setores dentro da burocracia do Itamarati... Eu confesso que nem mesmo eu, que era ministro, percebi que houvesse essa luta interna tão...

A.S. - Mas eu me lembro, não sei se foi 91... – agora eu não vou lembrar a data –, que saiu um artigo do embaixador Paulo Nogueira Batista na revista *Política Externa*, estava começando a revista, chamado “A política externa de Collor: modernização ou retrocesso?” É uma coisa até curiosa, porque normalmente é difícil você encontrar um embaixador escrevendo um artigo onde ele é...

C.A. - Crítico. Ele já estava alijado, não é? Ele foi alijado pelo governo Collor e reaproveitado pelo governo Itamar Franco, por determinação do presidente Itamar. Eu era o ministro, nós o nomeamos nosso embaixador na ALADI. O Paulo teve divergências, inclusive comigo, em outros aspectos, em relação ao Mercosul. O Paulo, por motivos diferentes, por motivos dele, que eu compreendo, era contra a tarifa externa comum do Mercosul; ele achava que isso era uma maneira de enrijecer uma tarifa baixa. Ele tinha uma visão mais desenvolvimentista, como você está colocando.

A.S. - Ele queria uma tarifa que pudesse ser alta quando fosse necessário.

C.A. - É. Eu tenho um enorme respeito pelo Paulo Nogueira, e se eu puder selecionar algum diplomata, entre quatro ou cinco, que eu poderia dizer que me inspiraram ou que tiveram influência sobre mim, Paulo Nogueira certamente seria um deles. Eu me sinto mais identificado com a corrente dele do que com outras. Agora, que nesse ponto específico, eu acho que tinha um erro de visão estratégica, porque a união do Mercosul, a longo prazo, é uma coisa mais importante do que o nível da tarifa que você estabelecer. E o Paulo via no Mercosul, no aspecto união aduaneira do Mercosul, um enrijecimento. Aquilo que não tinha sido feito no GATT¹⁵, segundo ele, você estava fazendo no Mercosul, consolidando tarifas mais baixas. O que, em parte, era verdade, mas você estava consolidando em função de um processo que já tinha ocorrido, já estava além disso. Enfim, a história vai dizer quem estava certo, eu não sei. Mas a nossa impressão, que foi a dominante, é de que a consolidação do Mercosul era algo extremamente importante, e a tarifa externa comum era algo extremamente importante. E houve, em certos momentos, coincidências curiosas. Em algumas dessas reuniões que nós fizemos com os argentinos participaram ministros, participaram também embaixadores, e houve um momento, por exemplo, em que o ministro Cavallo, da Argentina, que tem uma visão ultraliberal, ficou com uma posição semelhante à do Paulo

¹⁵ General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio).

Nogueira Batista porque, por outros motivos, ele também não queria a tarifa externa comum. Ele queria poder...

A.S. - As chamadas coalizões espúrias.

C.A. - É. Eu não vou usar esse termo. As coalizões táticas, digamos assim. E porque ele, obviamente, queria se aproveitar da liberalização do mercado brasileiro mas, ao mesmo tempo, ter as mãos livres para poder negociar separadamente, se fosse o caso, com o NAFTA. E o Paulo, porque achava que a tarifa externa comum nos puxava muito para baixo. Então, por motivos diferentes. Mas, voltando à sua pergunta inicial, o Paulo representava uma influência mais no sentido desenvolvimentista. Eu acho que a política no período do Itamar... Eu não diria que foi um período de indefinição, eu diria que foi um período de correção, de correção de certos impulsos excessivos, aproveitando aquilo que havia de positivo no governo Collor, que eram ganhos ou que era, digamos, um reconhecimento da realidade atual. Na parte nuclear, por exemplo, você pode discutir se é bom ou não é bom o Brasil ter bomba atômica. É uma discussão, para mim, irrelevante, porque uma vez que a Constituição brasileira diz que não tem que ter, não faz sentido você se recusar a assinar os tratados que dizem que é para você não ter. Você não tem ganho nenhum, porque você continuará sem ter – e ali você não tinha recursos, não tinha nada para isso –, e vai ser punido internacionalmente com dificuldade para importar equipamento... Coisas que eu tinha vivido no Ministério da Ciência e Tecnologia. Então houve pontos importantes que foram iniciados no governo Collor e que foram mantidos, essa postura mais de negociação na Rodada Uruguai, no GATT, também foi mantida, agora, com modulações em alguns aspectos como esses que eu assinaei: nova atenção à África, a países de língua portuguesa, a idéia da ALCSA, uma política mais criativa, eu diria, em relação a Cuba... Não é que Cuba seja tão importante para o Brasil, agora, Cuba é parte do nosso hemisfério; uma situação traumática em Cuba terá consequência para os outros países. Enfim, houve um voto em relação ao Haiti em que o Brasil se absteve, praticamente só, porque houve dois votos: no primeiro a gente se absteve com a China, no segundo a Rússia também se absteve, mas a China não. O Brasil foi o único que manteve a abstenção, praticamente isolado, eu diria. E isso também foi uma decisão corajosa, porque... em relação às pressões que os Estados Unidos fizeram, e fizeram muitas. Pressões diplomáticas. Não nos ameaçaram de nada, mas pressões diplomáticas que são normais, digamos. De qualquer forma, foram atitudes independentes, não é? Movidos por um sentido de preservação dos princípios como a não-intervenção... Quer dizer, houve um resgate de certas coisas esquecidas no governo Collor.

A.S. - Que são inclusive posturas históricas da diplomacia brasileira.

C.A. - Posturas históricas da diplomacia brasileira. Então, eu colocaria nesse sentido.

A.S. - Voltando à questão do embaixador Paulo Nogueira, só um detalhe. Esse alijamento não estaria ligado à questão da política nuclear? Porque ele, lá no passado, não...

C.A. - Não, isso pode ter... Não sei. Não sei dizer. Eu acho que havia... O Paulo Nogueira era um embaixador de extraordinária capacidade. Pelo que eu saiba... isso eu sei mais pelo jornal e comentários de outras pessoas, de modo que eu não estou fazendo nenhuma revelação, até porque não tenho revelação para fazer. Mas eu acho que ele não escondeu a oposição ao Collor, o que, aliás, foi uma atitude corajosa, como embaixador,

enquanto ele ainda era embaixador em Nova Iorque¹⁶. E isso é que determinou, no final, que ele fosse afastado de Nova Iorque. Até ofereceram postos que eram incompatíveis com a tradição e estatura dele, e ele preferiu, então, ir para São Paulo. Foi o período que ele passou em São Paulo e foi aí que ele escreveu.

A.S. - Acho que ele ficou um período no Instituto de Estudos Avançados.

C.A. - Ficou no Instituto de Estudos Avançados. Depois, teve uma certa ligação com o governo do estado também, até o final de 93, início de 94, não me lembro exatamente qual foi a data, talvez final de 93, quando ele foi ser embaixador na ALADI¹⁷.

A.S. - Foi o último posto que ele ocupou.

C.A. - E aliás, uma coisa que as pessoas talvez não saibam, um pouquinho antes de eu assumir o Ministério, ainda como embaixador em Genebra, eu sugeri – eu sei que isso foi considerado seriamente mas nós não conseguimos – indicar o nome do Paulo para ser vice diretor-geral do GATT. Foi uma idéia minha que...

A.S. - Mas que não foi implementada...

C.A. - Não foi implementada porque, nessa altura, já estava meio negociado, foi um mexicano e tal. Mas o governo Itamar aceitou. Quer dizer, tomou uma atitude diferente.

A.S. - E em relação à luta silenciosa, a luta surda no Itamarati. O senhor está dizendo que, como ministro, o senhor não percebia. Vai ver que é por isso. [risos] Estou brincando.

C.A. - Entre essas duas correntes?

A.S. - Como eu falei, com gradações.

C.A. - Com gradações. Bom, sempre havia, talvez, gente querendo colocar mais ênfase numa coisa, menos em outra, mas eu não diria... Eu acho que as pessoas que estavam em postos importantes não se diferenciavam da linha que se queria implementar, nem o embaixador Paulo Tarso, que estava em Washington, o Paulo Nogueira, com essa *nuance* que eu já lhe falei, que era uma pessoa próxima, que tinha algum acesso pessoal ao presidente Itamar... Eu sei, por exemplo, que, na coisa operacional, eu tive que fazer muito esforço para que os passos em relação a ALCSA pudessem ser dados. E foram poucos, na realidade, no meu período, porque a burocracia resistia. Mas eu não acho que fosse uma resistência ideológica, era uma resistência de inércia: “Nós temos tanta coisa para nos preocupar aqui com o Mercosul, como é que nós vamos agora começar a tratar de outra coisa?” Era, digamos, uma limitação, mais do que uma resistência. Eu não senti... Como eu disse, foi curto o período, não houve ocasião para sequer você promover o debate público em relação a algum tipo de orientação, mas eu não senti, sinceramente, que houvesse... Mesmo na minha viagem a Cuba, por exemplo, não só o Itamarati, os próprios grandes jornais não ficaram contra, porque a coisa tinha um significado positivo. Fidel Castro concordou em assinar Tlateloco, recebeu o alto comissário de Direitos Humanos. Eu não senti. Na minha opinião, o período foi curto demais para que se pudesse consolidar uma política externa. Agora, eu diria que, basicamente, é isso:

¹⁶ Paulo Nogueira Batista foi embaixador do Brasil junto à ONU, em Nova Iorque, de 1987 a 1990.

¹⁷ Paulo Nogueira Batista chefiou a embaixada do Brasil na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em Montevidéu de 1993 a 1994.

aproveitou-se o que era positivo ou até inevitável do governo Collor, mas procurou-se resgatar certos...

[FINAL DA FITA 1-B]

C.A. - E é preciso distinguir até a retórica do presidente da retórica do ministro. E a retórica inicial, do primeiro momento, da retórica do período subsequente. No início, houve essa retórica ultraliberal, o fim da política terceiro-mundista etc; mas, como eu lhe disse, a política terceiro-mundista não existia como tal, então, quando você quer contrastar, você exagera o anterior e exagera o seu. Foi o que Collor fez. Porque também seria até injusto dizer que o Resek seguiu uma linha de adesão aos países do... As ênfases foram outras, sobretudo da parte do presidente.

A.S. - O Resek era visto como uma pessoa da casa?

C.A. - Não, o Resek tinha muitas ligações com a casa, era professor do Instituto Rio Branco, não era uma pessoa estranha à casa, mas não se pode dizer que seja a mesma coisa que um diplomata. Não estou dizendo melhor ou pior.

A.S. - Voltando a uma questão mais de ordem burocrática, institucional, que eu me lembrei agora. Houve também uma reforma no Itamarati naquele período, que se criaram as três secretarias – não sei se o senhor lembra – que depois não deu certo.

C.A. - Aquilo foi um grande erro que depois se consertou. Aliás, ainda no governo Collor, porque o próprio ministro Resek viu que era impossível operar daquela forma. Aquilo foi corrigido ainda no próprio governo Collor.

A.S. - Não deu certo.

C.A. - Não deu certo. Quando eu assumi, já tinha passado o período do Fernando Henrique como chanceler, o único ajuste que eu tive que fazer foi criar uma subsecretaria; nós tivemos possibilidade de criar uma subsecretaria, então criei uma subsecretaria de planejamento.

A.S. - Era uma divisão da Secretaria Geral em três secretarias.

C.A. - É. Não deu certo.

A.S. - Como de resto, as outras medidas administrativas do governo Collor também não deram certo. Aquela reforma administrativa também... [risos]

C.A. - Essa, especificamente, foi muito infeliz, porque acabava...

A.S. - Mas foi uma demanda interna do Itamarati? Quer dizer, óbvio que estava no bojo de uma reforma administrativa mais geral, mas havia uma demanda interna no Itamarati, no sentido de que a estrutura tinha que ser reformada?

C.A. - Não...

A.S. - Porque tinha o problema da promoção também. Tinha o programa dos embaixadores... Tinha isso também.

C.A. - É outra conversa. Não sei se você quer entrar por aí.

A.S. - Podemos falar um pouquinho. É interessante.

C.A. - Bom, no governo Collor essa coisa das subsecretarias, da divisão da Secretaria Geral em três secretarias... Seria um absurdo porque não seria mais Secretaria Geral, seriam secretarias parciais. Eu acho que isso foi uma coisa pessoal, de alguém... Não sei se era do Marcos Coimbra – só posso especular porque Marcos Coimbra era embaixador – ou de alguém mais, de achar que o secretário-geral do Itamarati era excessivamente forte. Pode ter sido isso. Eu nunca vi uma razão para isso. A dedução que eu posso tirar é essa.

A.S. - Funcionava bem, antes. Não havia nenhum motivo para isso.

C.A. - Não havia nenhum motivo, não havia nenhuma demanda interna na casa, que eu percebesse. Tinha pessoas que podiam não gostar do fato de alguém ter muito poder, relativamente. Secretário-geral no Itamarati, sobretudo quando você tem ministro de fora da carreira, é uma pessoa muito forte. Obviamente foi uma medida mal pensada e não deu resultado.

A.S. - E em relação à questão das promoções? Aí havia uma discussão interna, não é?

C.A. - É. Havia uma discussão interna e, como tudo no governo Collor, ou quase tudo pelo menos, o erro ali foi ter feito a coisa de maneira tão abrupta. Quer dizer, a idéia de que você limitasse o tempo dos embaixadores, ou como embaixador ou como tempo de exterior – que agora está sendo feito, foi feito um decreto agora, um mês atrás –, foi uma idéia que de alguma maneira muitas pessoas tinham, para possibilitar mobilidade na carreira. Agora, a maneira como foi feito pelo Collor, atingindo pessoas que dali a seis meses completavam quinze anos e que não estavam absolutamente preparadas para se aposentar, foi muito radical e acabou caindo...

A.S. - Bom, a pergunta seguinte, num certo sentido, acho que o senhor já respondeu. No discurso, por ocasião da posse de Roberto Abdenur na Secretaria Geral, o senhor afirma que a política externa do governo Itamar seria voltada para o desenvolvimento do país, para a afirmação dos valores democráticos e sem alinhamentos outros que não aqueles ligados à ética e aos interesses do povo brasileiro; a minha pergunta era: seria essa uma tentativa de fazer a diplomacia voltar aos trilhos da era pré-Collor? Um pouco nessa linha que o senhor disse, fazer uma certa correção de rumo.

C.A. - Uma certa correção de rumos.

A.S. – Estou perguntando porque essa declaração é bem globalista, não é?

C.A. - Vamos dizer assim: terminar com a embriaguez do cosmopolitismo, se você quiser.

A.S. - E ficar com o que tem de bom.

C.A. - Ficar com o que tem de bom, como eu dizia para os meus colegas no GATT. Porque ali havia extremos: uns que queriam ser muito nacionalistas, protecionistas ao exagero, e outros diziam: “Não, mas o GATT não pode... O GATT não deixa fazer...” Eu dizia: “O GATT não é uma religião, o GATT é um instrumento de negociação para defender o interesse brasileiro.” A política externa é a mesma coisa. A globalização não pode ser uma religião. Você não pode dizer: “Agora tem um novo dogma que passou a imperar e tal...” O objetivo nosso é defender o interesse nacional, defender certos princípios, levando em conta a realidade internacional, mas não passar a fazer disso uma doutrina, um dogma de fé. Essa foi a preocupação. E eu acho que nisso eu estava muito afinado com o presidente Itamar e havia muita identidade.

A.S. - Isso que eu ia lhe perguntar. O presidente Itamar se interessava por política externa?

C.A. – Interessava-se. Em algumas decisões, em várias dessas questões, que eu falei... Em Cuba ele teve uma participação direta, ele teve...

A.S. - Curioso. Porque eu tinha a imagem contrária, de que ele era um presidente que se interessava pouco por política externa. Talvez por causa desse folclore de que ele não fala inglês e tudo mais.

C.A. - É. Eu não sei se no conjunto das prioridades dele seria uma grande prioridade, mas que ele se interessava pelos temas que eu levava a ele, se interessava. Não havia, digamos, uma indiferença. De modo algum. Havia interesse. Por exemplo, na decisão do voto sobre o Haiti, que foi uma decisão dele e foi uma decisão correta, o Itamarati, naquele caso, estava um pouco dividido ou até indeciso, e isso refletia, com toda honestidade, na minha própria atitude, porque havia prós e contras. O principal pró seria, digamos...

A.S. – Pró, no sentido de votar a favor?

C.A. - Votar a favor. Era o raciocínio de que se isso não ocorresse com autorização da ONU, poderia ocorrer unilateralmente pelos Estados Unidos, e seria pior para a América Latina.

A.S. - Essa era uma posição dentro do Itamarati?

C.A. - Era uma das posições, não vou dizer que fosse a única posição. E eu apresentei ao presidente Itamar alternativas, na realidade, e ele fez questão de acompanhar. Eu estava em Caracas, numa viagem bilateral, enquanto se realizava a reunião do Conselho de Segurança aqui, com o embaixador Sardenberg, e eu fiquei em contato telefônico permanente com o embaixador Sardenberg e com o presidente Itamar, que tomou a decisão, ele, de que o Brasil ia se abster.

A.S. - Quais eram as outras alternativas? Uma era essa, de votar pró, com base nesse argumento de que caso isso não fosse feito sob a tutela da ONU, poderia abrir espaço para uma intervenção unilateral. As outras?

C.A. - A outra, teórica, era votar não. Mas isso teórico, porque, na realidade, a abstenção no Conselho de Segurança – a não ser que você seja membro permanente, que aí o não é veto – é como se fosse não, porque eles precisam ter nove votos positivos. E já era uma sinalização, porque a gente sabia que o nosso voto não ia ser determinante, era mais uma sinalização da nossa inconformidade com algo que nos parecia ferir o princípio da não intervenção, o uso da força armada. Era a primeira vez também que o Capítulo Sétimo da ONU estava sendo usado em relação à América Latina... Enfim, era uma questão de balançar princípios com, digamos, dúvidas em relação ao que poderia ocorrer. As duas opções que se colocavam, na realidade, eram essas. A possibilidade de voto “não” era uma possibilidade teórica, seria apenas, digamos, se a gente quisesse irritar os americanos quase que gratuitamente. Aí teria votado não. Nem a China, que tinha posições muito similares à nossa em matéria de não intervenção, iria votar não.

A.S. - Embaixador, já que estamos falando de ONU, poderíamos entrar nesse tema. No seu discurso na ONU, já como chanceler, em 1993, o senhor faz apenas uma menção à reforma do Conselho de Segurança. Esse ano é um ano que a questão dos direitos humanos ocupa muito o discurso, porque também é um ano terrível diante do massacre dos Ianomâmis, chacina da Candelária, chacina de Vigário Geral... Já em 94, o senhor

lança explicitamente a candidatura brasileira. Qual a avaliação que se fazia então para julgar que esse era o momento certo para lançar a candidatura?

C.A. - Olha, a avaliação era a minha avaliação – baseada nas informações que eu recebia de Nova Iorque, mas sobretudo também dos contatos com os ministros – de que o tema estava colocado. Como aliás, continua até hoje. E um risco muito grande era que se nós não fizéssemos nada, haveria uma reforma rápida do Conselho, o que eles chamavam de *Quick Fix*, que seria a incorporação da Alemanha e do Japão, sem mais nada. Era isso que a Alemanha e o Japão estavam querendo; era o que muitos dos aliados da Alemanha e do Japão no mundo desenvolvido defendiam; era o que os Estados Unidos defendiam, e era importante, digamos, colocar o pé na porta. Então foi possível retomar uma idéia, que aliás, em tempos recentes, foi pela primeira vez apresentada aqui pelo presidente Sarney...

A.S. - Quando?

C.A. - Acho que foi 1989. Naquela época tinha uma modulação diferente, como chamavam, de uma terceira categoria de membros, membros permanentes sem veto. Que pode até ser um dos resultados, porque hoje é uma possibilidade. Mas então, foi importante retomar esse tema, que nunca esteve abandonado, mas elevá-lo ao nível de... Fez parte não só do meu discurso na ONU, mas de praticamente todos os meus encontros bilaterais com ministros de outros países.

A.S. – Aí como chanceler? O tema era tratado?

C.A. - Como chanceler. Eu diria que ao longo de 94 esse tema foi um tema sempre presente nas minhas conversas. Em 93, digamos, menos. Mas em 94, em quase todos os contatos importantes de que eu me lembro, com ministros da França, da Alemanha, do Reino Unido, Federação Russa, com outros da região, inclusive com o ministro Guido di Tella da Argentina... Enfim, receptividades variáveis, mas o tema... Com a Venezuela, que nos apoiou em 94, aliás. Em 94, pela primeira vez, três países apoiaram o Brasil explicitamente no debate geral: Venezuela, Moçambique e Cabo Verde. E Portugal! Quatro!

A.S. - Eu estou perguntando isso, também, pelo seguinte: recentemente, no pronunciamento na Comissão Geral de Relações Exteriores do Senado, por conta da crise com a Argentina quanto à questão da candidatura brasileira ao Conselho de Segurança, o ministro Lampreia afirma que o governo Itamar tinha iniciado a campanha a partir da percepção de que a reforma ganharia um curso acelerado, por conta do quinquagésimo aniversário da ONU, e que já no governo Fernando Henrique, a partir de 95, ficou claro que isso não ia ocorrer e, portanto, houve um desejo explícito de assumir um *low profile*. E a partir daí, inclusive, as entrevistas do ministro Lampreia passam a ser: “Isso não é uma meta obsessiva da política externa.” Ele bate muito nessa tecla. O que eu ia perguntar ao senhor, até porque o senhor viveu isso como chanceler e está vivendo hoje como representante permanente, nas duas posições o senhor estava intimamente ligado ao tema. Isso é uma mesma linha de avaliação diante de uma conjuntura que mudou, ou seja: havia perspectiva de que fosse haver essa reforma rápida e com o desenrolar dos trabalhos ficou claro que isso não ocorreria, ou isso é uma crítica velada do ministro Lampreia?

C.A. - Essa pergunta você não pode fazer a mim, essa pergunta você tem que fazer ao ministro Lampreia, mas acho que não, senão ele não me manteria aqui, não é? Agora, eu acho que é uma avaliação de realidades diferentes. O único comentário que eu acrescentaria, que, digamos, não qualifica nem corrige o que o ministro disse, mas

complementa, é que, em parte, isso não ocorreu rapidamente, contra os nossos interesses, por causa de uma atitude não só do Brasil, de outros países também, que passaram a dizer não. Tem que ter país em desenvolvimento, é preciso que haja isso...

A.S. - Complexificou a discussão.

C.A. - Exatamente. Tornou a discussão complexa. Se você me perguntasse, na época, se eu achava que iria ser em um ano, dois ou três anos, eu não saberia dizer; agora, se nós não tivéssemos agido naquela época, talvez – também não posso dizer, mas talvez – as coisas tivessem caminhado mais a favor de Alemanha e Japão sozinhos, sem países em desenvolvimento. Claro que isso não depende só do Brasil, tem muitos outros países, mas a atitude do Brasil também ajudou a inspirar outros países.

A.S. - Houve atitude de outros países, inclusive de países interessados, como Índia, África do Sul?

C.A. - Índia, principalmente. E aí, depois, outros países em desenvolvimento, vários deles, não todos, mesmo sem ter um interesse direto na matéria, passaram também a defender esse tipo de tese e a coisa se tornou mais complexa. E justamente porque se tornou mais complexa é que até hoje não se resolveu. Mas isso em si foi fruto, em parte, da nossa atitude; não exclusivamente dela, mas... Na época era um risco real que houvesse uma reforma rápida e contrária aos nossos interesses. Se eu achava que poderia haver uma reforma rápida a favor dos nossos interesses, sinceramente, eu não saberia nem te dizer, porque eu não cheguei a fazer essa avaliação, se ia de fato ocorrer imediatamente ou se não ia ocorrer imediatamente. Mas que o assunto estava colocado... E essas coisas evoluem gradualmente. Então, de lá para cá, realmente, se tornou mais complexa.

A.S. - Quer dizer, houve uma percepção de que a conjuntura de fato mudou, mas mudou a partir de uma atuação concreta.

C.A. - Entre outros fatores. Se o Brasil não tivesse feito nada, será que seria assim? Poderia haver outra variável, não é? Mas enfim... Seria pretensioso dizer isso, mas certamente, a gente botou o pé na porta, a gente tornou a coisa... “Opa! Isso aqui não é uma coisa só para Alemanha e Japão, isso não é uma coisa só para botar...” Aliás, o teor do discurso é um pouco nessa linha, que não é uma coisa só para termos um [inaudível]. É introduzir equilíbrio no núcleo decisório do Conselho.

A.S. - Embaixador, uma pergunta mais estrutural, por assim dizer, até porque essa me interessa mais do ponto de vista acadêmico. Eu falei para o senhor que eu recortei três momentos: a Liga, o 45... Eu fiz isso, em parte, porque me chamou a atenção a argumentação brasileira do porquê que o Brasil merece estar num diretório desse tipo. Claro, ela vai se atualizando, até porque o Brasil não é o décimo PIB do mundo em 1922... Mas existe um núcleo da argumentação que é: o Brasil é um país de dimensões continentais, tem uma tradição de política externa pacifista, tem não sei quantos mil quilômetros de fronteira pacificamente...

C.A. - Não tem uma guerra há 120 anos.

A.S. - Está certo. Mas também se apagou a memória da guerra que teve. Mas isso é outra...

C.A. - Sim, mas qual é o país... Eu não sei se isso já estava presente nos argumentos da Liga nem nos anteriores...

A.S. - Está.

C.A. - Mas são poucos os países que têm o número de fronteiras que nós temos, são dez países, e não tem uma guerra há 120 anos.

A.S. - Está certo. É verdade. Está lá na Liga a tradição pacífica do país na América do Sul, na demarcação de fronteiras com os seus vizinhos, a dimensão populacional... Evidentemente na Liga não aparece a questão econômica, até porque não podia aparecer; em 45 também não aparece porque ainda não podia aparecer; mas aparece a natureza da participação do Brasil nas duas guerras; na primeira, foi o único país da América Latina a enviar tropas, na segunda igualmente. Ou seja, de um lado, existe essa argumentação do porquê o Brasil merece estar presente em um diretório do concerto das grandes potências. De outro, há uma percepção de que são três momentos em que você tem transformações estruturais no sistema internacional, são sistemas que estão em mutação. Você tinha isso na década de 20... em 45, você tem uma consolidação de uma nova ordem mundial; e você tem isso hoje, não é? Você está consolidando uma nova ordem mundial que não está ainda muito definida para onde vai, e a percepção é de que precisamos aproveitar esse momento para o Brasil adentrar esse concerto. Esse é o momento propício para o Brasil adentrar esse concerto. Quer dizer, eu acho que isso revela uma continuidade em uma crença, que na minha avaliação é uma crença que não é oriunda do Itamarati, até porque, na década de 20, o Itamarati...

C.A. - Não existia praticamente...

A.S. - Essa é uma crença de elites políticas. Quer dizer, quem estava lá na Liga era o Afrânio de Mello Franco. Quem está comandando isso é o presidente, é o representante, é o ministro, que são políticos, não são diplomatas de carreira. Eu acho que é uma crença que nasce das elites políticas e depois é incorporada pelo Itamarati, de que o Brasil tem, inevitavelmente, um papel protagonista a desempenhar nas relações internacionais. Tem uma frase do Araújo Castro que eu acho que define isso muito bem: “O Brasil está destinado a ser grande.” Ele disse isso num discurso. Como é que o senhor vê isso? Eu fiz essa pergunta para o embaixador Marcílio, ele me respondeu da seguinte maneira: “Mas está mesmo”. Num certo sentido, ele confirmou meu argumento. Como é que o senhor vê isso?

C.A. - Olha, acho que eu não posso... Quer dizer, acho que isso tudo é fruto da realidade, não é abstração. Você usou o termo merece. Merece é um termo, digamos, de conotação valorativa, que, em parte, é verdade, porque esse aspecto pacífico das nossas relações internacionais é algo indiscutivelmente meritório, que tem um sentido valorativo. Agora, outros aspectos são realidades de fato, quer dizer, são países que fazem mais diferença na política internacional. Eu costumo dizer: “Isso não é um concurso de beleza, não é para dizer que um país é melhor do que o outro.” Ninguém nega, por exemplo, que a Suécia é um país que conduz as suas relações internacionais de forma adequada. Claro que tem lá os seus interesses, mas é até generosa, na medida em que os países são generosos, que é uma coisa discutível. Mas enfim, presta muita ajuda aos países em desenvolvimento, tem uma política razoavelmente independente... uma série de fatores, mas não tem o peso, na sua região ou no mundo – pode ser até mais rico *per capita* ou o que for – que tem a Alemanha. O caso do Brasil é um caso semelhante. Dentro de uma perspectiva de reforma em que você queira incluir nesse núcleo decisório do Conselho diversas visões de mundo, diversas percepções decorrentes até de situações existenciais, o Brasil surge naturalmente. Esse termo grandeza tem sempre uma outra implicação, mas é um fato real. Como eu acho também que um país como a Índia tem que ser considerado, embora a Índia não tenha, talvez, algumas das coisas que nós temos: uma convivência mais pacífica com os vizinhos e outras coisas desse tipo; mas, por outro

lado, tem um peso indiscutível: é um país que tem um bilhão de habitantes, que tem uma política externa global, é atuante em todos os fóruns... O Brasil é um país que sempre teve uma atuação muito marcante nas Nações Unidas, num sentido ou noutro. E eu acho que é natural, se você procura recriar um equilíbrio dentro do Conselho de Segurança... Claro que nós sabemos que nós não temos o peso dos Estados Unidos, e possivelmente, no curto prazo, não temos o peso da Alemanha e Japão; mas se você pensa numa coisa de mais longo prazo, o Brasil... como aliás se pensou, por exemplo, no caso do China, depois da Segunda Guerra Mundial. A China era um país, naquela época, diferentemente do nosso caso, que estava no meio de uma guerra civil. E na realidade, ela ganhou a guerra porque foi ajudada pelos Estados Unidos etc. Mas, olhando no longo prazo, num equilíbrio global, os americanos acharam que ter a China (na época, evidentemente, era outra China) na ONU era um fator importante para esse equilíbrio global. A América Latina, durante muito tempo, foi meio assim *taken for granted*, não é? Quer dizer, na América Latina os problemas são menores, ela não está realmente envolvida nos grandes conflitos etc. Mas na medida em que o país cresce, que o seu interesse se globaliza, não só economicamente mas também politicamente, e o Brasil é um país que tem tido uma participação crescente em temas internacionais de um modo geral, dificilmente um outro país na América Latina poderia aspirar à mesma condição. Uma coisa desse tipo: tamanho, população, tamanho da economia, até composição étnica variada, quer dizer, há uma série de fatores que têm... Essas coisas todas têm um peso. Ninguém está pensando na Holanda para ser membro permanente do Conselho de Segurança. Não é que a Holanda não seja um país que respeite as normas internacionais, que não cometa guerra de agressão, pelo menos desde a época colonial, mas não tem o peso, não tem o mesmo peso. Eu acho que em grande parte é uma questão de peso específico do país, que no nosso caso, é aliada a um outro fator positivo que é a convivência pacífica com os vizinhos.

A.S. - Então eu vou introduzir uma outra questão: tanto na Liga quanto em 45, a percepção de que o momento era favorável se revelou equivocada, porque de fato a entrada não ocorreu. Quer dizer, na Liga, a discussão virou impasse, que acaba implicando na retirada do Brasil da Liga; e em 45, essa percepção é levada a um ponto em que já estava razoavelmente claro que isso não ia ocorrer. Eu me pergunto o seguinte: é só uma questão de avaliação de fatores objetivos ou existe, por trás disso, uma dose, para usar o termo, de voluntarismo? É óbvio que existem indicadores objetivos que definem como vai ser a inserção internacional de um país. Isso é inegável. O Paraguai não pode ter a mesma inserção externa que vai ter o Brasil. Mas, independente desses indicadores objetivos, existem preferências de política externa, até porque a política externa do Brasil não é igual à da Índia, que não é igual à da China. Então eu me pergunto: o que é que tem nessa vontade que não depende só... Por exemplo, quando o discurso diz: “Nós não estamos nos candidatando, nós queremos que a nossa candidatura seja natural”, ou seja, é o reconhecimento de um imperativo que é natural porque ele é dado por fatores objetivos; por outro lado, estamos nos candidatando sim, porque esse é o tema tratado, como o senhor mesmo reconheceu, em todos os encontros bilaterais. Quer dizer, esse é um tema em torno do qual existem intensas iniciativas diplomáticas. Então eu me pergunto qual é o limite... Eu estou dizendo eu me pergunto porque eu me pergunto mesmo.

C.A. - Vou me referir também ao meu período, minha época.

A.S. - É. Eu me pergunto qual é o limite. E inclusive isso baseado no passado, em que foi uma percepção que, se a gente avaliar *ex post facto*, revelou uma *misperception*.

E você tinha indicadores claros de que a estratégia estava fadada ao fracasso. Você tinha isso tanto em 45 quanto você tinha...

C.A. - Acho que em 45 não chegou nem a haver uma estratégia. Houve uma expectativa que, na realidade, foi motivada pelos próprios americanos, em parte porque, em certo momento, eles consideraram seriamente ter o Brasil como membro permanente, para ter mais um país das Américas, um aliado, e isso era para eles conveniente. Quando a resistência, sobretudo dos russos, foi muito grande, eles abandonaram e a coisa mais ou menos desapareceu. Eu nunca estudei a fundo, talvez devesse ter feito, nunca estudei a fundo mas li alguma coisa sobre 45. Nós, em momento algum, lutamos por isso em São Francisco, porque as cartas já estavam marcadas.

A.S. - Não. Só uma reclamação, digamos assim.

C.A. - É. Foi mais um choro porque não tinha conseguido. No caso da Líbia, foi diferente. Mas eu acho que na época da Líbia, quer dizer, o que foi... Aí houve vários problemas. O Brasil achava que podia representar as Américas porque os Estados Unidos não estavam.

A.S. - Mas hoje, o Brasil acha que pode representar a América Latina, no entanto, alguns dos nossos vizinhos dizem que não pode.

C.A. - Alguns, mas eu diria que hoje, o sentimento majoritário na América Latina... Falando com franqueza com você, eu não sei o grau de entusiasmo de cada um, mas... Por isso a discussão conceitual em torno da ampliação do Conselho também é muito importante. Há hoje uma opinião majoritária, não só na América Latina, na ONU, de que o Conselho, para ser reformado e ampliado, tem que ter membros permanentes de países em desenvolvimento, não pode ter só países industrializados. Essa percepção existe. E que um tem que ser da América Latina. Então o problema, que se coloca hoje, é mais diante dessa realidade. Um país que é contra novos membros permanentes e tem sido coerente, pelo menos no discurso público, não sei o que eles têm feito dentro do privado, é o México. Quer dizer, na América Latina, é o México que foi contra em 45 e é contra...

A.S. - É contra em geral. Não se trata de ser contra a candidatura brasileira.

C.A. - É contra em geral. Pelo menos a maneira como a questão é formulada, é dessa forma. Ele é contra membros permanentes e, por consequência, contra também o Brasil. Não contra o Brasil, mas é contra membros permanentes. O México tem uma posição pública, pelo menos, coerente.

A.S. - Ele é a favor da democratização generalizada.

C.A. - Ele diz o seguinte: "O ideal é não ter membro permanente nenhum. Nós não podemos acabar com os cinco, então paciência, não podemos fazer nada, mas não podemos repetir o grande erro de 45." Cada vez que o embaixador do México fala aqui, fala dessa forma. Quando eles falam bilateralmente, nas capitais, às vezes falam com uma *nuance* um pouquinho diferente.

A.S. - Bilateralmente com o Brasil? Quando o presidente Fernando Henrique esteve lá, por exemplo, esse tema foi tratado?

C.A. - Não sei.

A.S. - Não houve nenhum pronunciamento oficial nesse sentido.

C.A. - Não. Não. Nas reuniões do Grupo do Rio, às vezes eles têm aventado a possibilidade de rotação.

A.S. - De rotação. Dentro da lógica da proposta da Argentina.

C.A. - Dentro da lógica da proposta da Argentina, que contraria a lógica da posição tradicional mexicana, mas eles aventaram. Quer dizer, eles nunca se definiram. A única proposta oficial mexicana aqui, na realidade, é uma proposta de rotação para todo mundo; rotação também para Japão e Alemanha. Nos atuais ele não mexe, porque ele sabe que não pode mexer, porque os países atuais têm veto sobre a própria reforma. Mas então, fora o México, que tem essa posição, e a Argentina, que tem insistido na questão da rotação, eu diria que na maior parte da América Latina existe uma sensação...

A.S. - Não é uma posição da Colômbia também?

C.A. - Menos nítida. Eu diria que a maioria dos países latino-americanos, e eu acho até que a Colômbia se inclui nisso, mas é uma percepção subjetiva, eu posso também... Eles preferem que haja um só do que haja uma rotação onde eles não estarão incluídos. Porque a verdade é que se você fosse estabelecer um sistema de rotação na América Latina, para ser minimamente... Bom, aí tem muitos argumentos, é toda a nossa discussão aqui. Primeiro, haveria um elemento discriminatório: por que nos países desenvolvidos você tem um país só e nos países em desenvolvimento você estabelece rotação? Onde é que está essa linha de Tordesilhas que diz que ao norte do Equador ou ao norte dos Pirineus, ao norte dos Alpes, você tem países e abaixo deles você tem regiões? Isso já é uma questão filosófica que se coloca. Além disso, eu acho que o próprio conceito de permanente é compatível com o conceito de rotativo. Rotativo já é o que existe. Hoje em dia existe uma rotatividade eleitoral. As pessoas que defendem o rotativo estão na verdade defendendo membros não permanentes, não eleitos, que voltariam automaticamente. Então, não são permanentes. Terceiro argumento: se, na verdade, nós não sabemos ainda qual vai ser o resultado dessa negociação, mas, se uma das possibilidades é de que os novos membros permanentes não tenham veto ou pelo menos não tenham veto imediatamente, aí, então, a distinção entre o rotativo e o não permanente é zero, não é? Absolutamente zero. Essas são dificuldades conceituais. Agora, do ponto de vista prático, quando você fala em rotação, quando a Argentina fala em rotação, quando o México falou, pelo menos uma vez, em rotação, na reunião do Grupo do Rio, eles estão pensando em rotação...

[FINAL DA FITA 2-A]

A.S. - Os países latino-americanos inclusive se reuniram para dizer que o Brasil não era representante.

C.A. - Não era representante. Você hoje tem uma situação, diferentemente da da Líbia, em que se houver reforma, praticamente estará estabelecido que haverá um país da América Latina. É uma situação diferente. Um país ou um conjunto de países. Mas é impossível que haja uma reforma... A hipótese da rotação eu não considero descartada de todo, ainda... Quer dizer, eu considero inaceitável, do ponto de vista brasileiro, mas...

A.S. - Pode acontecer?

C.A. - Eu acho que tem complicadores e aí já são outros complicadores. É muito difícil, na África, você encontrar um país que possa... Pelo menos, as pessoas acham isso. Então, a própria África está pedindo para ela um sistema de rotação e isso sempre tem um efeito de contaminação, um pouquinho. Mas além das duas coisas que eu falei, dos

argumentos conceituais que eu acho que limitam um pouco a rotação, concretamente, se você perguntar aos países latino-americanos, um por um, se eles preferem que haja um só país ou que haja três rodando, eu garanto a você que – quantos países são na América Latina? 34? – 31 vão dizer que preferem que haja um só.

A.S. - Tirando o México e a Argentina. A Colômbia, embora tenha se manifestado contra, ainda assim, ela prefere um permanente...

C.A. - Eu acho que, quando chegar o momento, ela preferirá. Agora, você já tem países... Diferentemente do caso da Líbia, você já teve apoio explícito, no microfone da ONU, da Venezuela, do Equador, do Paraguai...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

C.A. - O que eu estava dizendo é que vários países latino-americanos, ou no microfone da ONU, ou bilateralmente, ou publicamente, já manifestaram apoio ao Brasil. Uma situação muito diferente. Peru, Chile, não falaram aqui claramente... Mas o próprio Chile, da última vez... O discurso do ministro do Exterior aqui indicou que era preferível que houvesse um só país. Então, a situação hoje é diferente, porque o contexto em que se está discutindo a reforma é outro. Quer dizer, não é uma aspiração brasileira, desligada de um processo global. Naquela época, na época da Líbia, o Brasil quis aproveitar o momento, em que se considerava a Alemanha, para também se lançar. Dessa vez, embora o impulso reformador tenha sido feito, fundamentalmente, para o Japão e a Alemanha, rapidamente a coisa se transformou numa discussão mais ampla; e dentro dessa discussão, o fato de ter um nome latino-americano parece uma coisa necessária. Então eu acho que, hoje em dia, você tem resistências ainda, mas localizadas. E da parte de outros há um pouco uma... Aí, sim, há uma sutileza que talvez tenha que ser elaborada. Digamos, há países que aceitam que o Brasil seja membro permanente, mas querem que isso ocorra... Querem que o Brasil não apenas se afirme pela sua individualidade, mas que seja uma representação da América Latina. E eu acho que, desse ponto de vista, a nossa atuação agora, nesse período, como membro não permanente do Conselho de Segurança, vai ser muito importante. Nós sempre consultamos muito a região; talvez a gente tenha até que, de certa maneira, mostrar que isso é de fato objetivo brasileiro. Haverá momentos em que a região, inclusive, pode não estar unida, e aí você terá que tomar suas responsabilidades.

A.S. - É. Isso é até interessante pelo seguinte: a argumentação brasileira – eu suponho que até para neutralizar a proposta argentina – é de que, embora o Brasil pudesse ser o representante da América Latina, o critério de escolha tem que ser um critério universal e tem que passar pela Assembleia Geral, e não por uma definição de critério regional. Eu me pergunto se essa sutileza não está colocada aí, se isso envolve algum tipo de contradição. Quer dizer, o Brasil se apresenta como candidato da América Latina, mas ele não aceita um critério de escolha de eleição que seja exclusivo da América Latina. E ele, quando lança a sua candidatura, também diz: “Não, nós seremos o representante da América Latina, mas achamos que o critério de escolha tem que ser um critério de escolha de projeção global.”

C.A. - Eu acho que isso é indispensável. Aliás, o único projeto que existe aí de reforma, que foi o apresentado pelo Razali, é isso; ele diz que é um país da América Latina mas...

A.S. - São três em desenvolvimento...

C.A. - É. Três em desenvolvimento, dois industrializados, mas diz que a escolha última é da Assembléia Geral. E é mesmo. Se você não puser isso, você está contrariando uma disposição básica da carta da ONU. Eu acho que se você tivesse um mecanismo na América Latina para... Não é que a gente tenha uma dificuldade em que a América Latina escolha. Eu acho até que se você tivesse um processo ou uma organização onde você pudesse votar, acho que o Brasil não teria nenhum problema em apresentar, eventualmente – estamos falando hipoteticamente – uma candidatura e ela ser votada na América Latina. Não teria dificuldade quanto a isso. O problema é que as pessoas que falam da região, introduzem um outro conceito, que é mais complicado, que é o consenso da região. Aí é um pouco mais complicado. Eu espero que a região tenha consenso mas, se por acaso não tiver o consenso, você não pode privar um país da região da possibilidade de se apresentar. E até porque em nenhuma região tem consenso. Não só na América Latina, na Europa também não tem consenso. A Itália não quer que a Alemanha seja membro permanente; na Ásia não tem consenso, em nenhum lugar tem consenso. Então, esse conceito de consenso é que é usado para obstruir a participação, e não para criar nada em torno, porque também jamais haverá consenso em torno da rotação. Então, essa é que é...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

C.A. - Então, eu acho que a situação hoje é muito diferente. Agora, você perguntou se há uma certa dose de voluntarismo, sempre há. Será que se o país ficar passivamente, ou se não tiver interesse, se não participar ativamente... Aliás, devo dizer também que durante todo o meu período aqui, como embaixador, nunca senti minha atuação cerceada. Quer dizer, o Brasil pode ter mudado de tônica, no nível, digamos, de contatos de mais alto nível, não ter uma postura de candidato, mas a defesa conceitual do nosso ponto de vista aqui foi feita e tem sido feita, e acho que ela tem contribuído muito. E houve um momento até ótimo, digamos assim, que foi o projeto Razali. Depois começaram a surgir também resistências ao projeto Razali, e a questão não está ainda resolvida. O lado voluntarista tem que ter. Mas na medida em que você identifica voluntarismo com subjetivismo ou com uma coisa desligada da realidade, eu diria que não. Tem que haver um elemento de interesse, determinação, isso não há dúvida; agora, eu diria que não é uma aspiração... Você pode até dizer que, nas ocasiões anteriores, os argumentos poderiam ser parecidos em termos de o que justifica que o Brasil seja um membro permanente, mas as condições não eram parecidas. Depois da Segunda Guerra poderia ter ocorrido, mais pelo interesse norte-americano; se os americanos tivessem realmente insistido nisso, talvez tivessem conseguido, não teria sido tanto por um trabalho nosso. Hoje em dia eu acho que a situação da América Latina é outra, a situação dos países em desenvolvimento como um todo é outra, quer dizer, a idéia, quase consensual, de que tem que ter países em desenvolvimento como membros permanentes está presente; então há uma série de fatores que fazem com que a coisa, hoje, tenha um embasamento na realidade maior do que teve das vezes passadas. Se você perguntar: “Vai se concretizar ainda?” Eu tenho obrigação de ser otimista. Se você me perguntar se eu quero fazer uma aposta, eu tenderia a apostar em que sim, haverá a ampliação e muito provavelmente o Brasil será contemplado. Agora, se é certo, absolutamente certo, isso eu não sei.

A.S. - Contemplado como membro permanente, sem direito a veto. O senhor acha que é o mais provável?

C.A. - Bom, aí é preciso ver um pouquinho como é que as coisas vão evoluir. E, aliás, é uma discussão curiosa, porque muitos países que não aspiram para eles próprios a condição de membro permanente, defendem que os novos membros permanentes têm que ter veto, porque é a maneira de contrabalançar com os outros, o que é verdade. Por outro lado, outros países, permanentes e não permanentes, têm muita dificuldade de aceitar novos países com direito de veto. Isso é uma coisa em negociação. Eu acho que a solução que se poderia encontrar em curto prazo, agora, caso a reforma realmente caminhe, seria uma solução não definitiva. Em um projeto razoável, por exemplo, se prevê uma revisão dentro de dez anos, então você poderia prever que, nesse período de dez anos, os novos membros permanentes não exercerão o direito de veto. Você não diria que eles não têm, diria que eles não exercerão. E aí, depois de dez anos, você faz uma avaliação. Pode ser também que, daqui a dez anos, mude um pouco a situação em relação aos atuais permanentes. Eu acho que deixaria uma porta aberta. Mas aí já são detalhes de negociação. Eu diria que o mais provável é que, se houver uma ampliação, nos próximos dois anos ou no próximo ano...

A.S. - O senhor acha que esse é um horizonte possível?

C.A. - Eu acho possível.

A.S. - Como é que está a situação atual do projeto Razali? Ele foi submetido?

C.A. - Não, nunca foi submetido. Quer dizer, foi apresentado, mas ele próprio, ao apresentar, disse: “Bom, isso aqui é apenas um papel para discussão, eu apresento em forma de projeto de resolução, mas não é pegar ou largar, é para discutir etc.” Aí houve várias reuniões, mas não se chegou a acordo sobre o ponto específico. Eu diria que hoje há três dificuldades principais. Primeiro, por que eu digo três? A dificuldade principal hoje é você ter um acordo entre os países que querem a ampliação. Há uma maioria de países, não contabilizada, que quer a ampliação das duas categorias – membros permanentes e não permanentes – e que querem ou aceitam países em desenvolvimento como membros permanentes. Há uma maioria para isso. Agora, quando você discute vários aspectos, surgem diferenças, e por isso essa maioria não pôde apresentar o projeto Razali ou algo parecido com o projeto Razali. E as diferenças são três, basicamente: uma diz respeito ao número total de membros do Conselho de Segurança – os Estados Unidos, embora tenham evoluído no sentido de dizer que apoiam os países em desenvolvimento, continuam insistindo em vinte ou vinte e um. Eu diria que esse é o óbice principal, neste momento, para as negociações poderem avançar. Há diferenças em relação ao veto, que nós havíamos comentado; e há diferenças em relação ao processo de seleção – papel das regiões, se as regiões podem também apresentar esquemas alternativos etc. São esses três pontos que, principalmente hoje em dia, levaram a um bloqueio dentro do grupo que o próprio Razali estava coordenando, de países pró reforma. Então não foi possível apresentar o projeto de resolução, e aí esse período regular de Assembléia vai terminar sem que haja voto sobre o assunto.

A.S. - Mas os trabalhos do grupo de trabalho estão encerrados.

C.A. - Não. O grupo de trabalho continua em janeiro, e nada impede que em abril ou maio ou em junho você possa ter um projeto de resolução. Agora, seria preciso que houvesse um acordo dentro, digamos, do bloco majoritário. Mas como o bloco majoritário está dividido em relação a esses pontos, não há, no momento, condição para

isso. Por exemplo, a África teria exigido, eu não sei se é uma posição negociadora ou se é uma posição final, dois membros permanentes para a África. Parece difícil.

A.S. - Pela dificuldade de encontrar um membro.

C.A. - Fica difícil encontrar um! Dois então, mais difícil ainda.

A.S. - E você amplia o leque. Na África você teria a Nigéria, África do Sul...

C.A. - África do Sul e Egito.

A.S. - É complicado. Porque aí o peso relativo... não existe uma diferença muito grande de peso relativo.

C.A. - É. O país que é maior é a Nigéria, mas, em compensação, é o mais problemático, sob muitos aspectos. E também não é tão maior assim. Não é como o Brasil em relação à América Latina ou como a Índia em relação à Ásia. Nem territorialmente.

A.S. - E todo o problema com a Argentina, como é que o senhor vê isso?

(...)

C.A. - Eu acho que uma coisa positiva dessa crise do Menem, pelo menos, foi mostrar que as opiniões na Argentina não são uniformes.¹⁸ Tem muita gente na Argentina que disse: “Olha, isso é uma bobagem, a gente tem é que apoiar o Brasil e fazer com que o Brasil defenda os nossos interesses.” Várias pessoas disseram isso, que o Brasil pode até ser um membro permanente mas não pode ser como um patrão, tem que ser como representante. De modo que esse é o lado positivo. Agora, de fato, a Argentina tem mantido uma posição que não é coerente em outros aspectos, porque eles já defenderam várias posições: já defenderam que não devia haver nenhum membro permanente, já defenderam a posição Alemanha e Japão mais rotação, que é o que eles têm dito agora... Eu acho que o problema da Argentina é um pouco um problema de tempo, e nesse sentido até, digamos, a estratégia adotada no nosso Ministério, pelo ministro, foi positiva, porque em vez de ficar querendo ter um apoio imediato, deixa a coisa se consolidar. Os mexicanos, num certo sentido, foram mais coerentes, porque a única proposta que eles fizeram aqui, formalmente, já tem uns três anos, era de que todo mundo rodaria, inclusive Alemanha e Japão. Então, na realidade, não haveria membros permanentes, haveria membros semipermanentes. Essa é uma proposta que não alcança o objetivo de alterar o equilíbrio do Conselho de Segurança, mas você poderia dizer que ela tinha o mérito de ser justa, porque era para todo mundo, e não discriminatória. (...)

A.S. - Quando o senhor diz que ficou claro que essa posição não é consenso sequer na Argentina, o senhor acha... A oposição, no caso, foi muito crítica, até porque parece que tem uma certa jogada de política doméstica na entrevista do Menem. Mas o senhor acha que isso também não é consenso dentro da própria Chancelaria argentina, das agências burocráticas da Argentina que são relevantes do ponto de vista... Eu digo isso porque o Guido di Tella, no dia seguinte, amenizou um pouco as declarações, disse que isso teria sido um arroubo do Menem, não seria uma posição da Chancelaria. Se bem que agora, na abertura, no discurso ele reafirmou a posição.

¹⁸ Em entrevista publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (17/08/1997), o então presidente argentino Carlos Menem afirmou que a candidatura brasileira ao cargo de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU quebraria o equilíbrio regional.

C.A. - Não, eu não quis dizer diferença entre as agências, não. Eu não sei se entre pessoas há percepções diferentes. Mas mesmo, digamos, dentro do *stablishment* argentino, houve opiniões críticas, quer dizer, houve aquele artigo do Grandona, no *La Nación*, que defendia mais ou menos isso que eu te falei antes, e houve outras pessoas que foram ligadas, o próprio Cavallo. Agora, não sei se também é uma jogada eleitoral ou não do Cavallo, não sei; é uma pessoa que não é da oposição propriamente, enfim, não é da frente de oposição. E a Graciela Mejjide, não é, que esteve aqui há pouco tempo, no Conselho das Américas...

A.S. – Graciela Mejjide é da Frepaso.¹⁹

C.A. - Ela é da Frepaso. Ela declarou aqui, claramente, que não... Ela até disse que a rotação também está sendo considerada mas que a Argentina não tem nenhum problema com o Brasil como eventual candidato a membro permanente. Disse, aliás, para o mesmo jornalista que fez a entrevista com o Menem. Ele estava aqui e fez a pergunta. Enfim, é algo que tem que ser levado em conta, que tem que ser manejado com cuidado, porque as nossas relações com a Argentina são muito importantes. Efetivamente são importantes para a Argentina mas também são importantes para o Brasil. Mas a minha impressão é que, à medida que se avoluma uma opinião favorável a que haja um país só, eu tenho a impressão que vai acabar pesando também na própria posição da Argentina. Tenho a impressão.

A.S. - Isso gera algum tipo de tensão? Não gera nenhum tipo de tensão econômica, evidentemente, mas gera algum tipo de tensão diplomática no Mercosul?

C.A. - Não, eu não chegaria a dizer isso. Há momentos, como o momento da entrevista do Menem, que foi um momento pouco feliz nesse ponto de vista. Havia inclusive um entendimento de que o assunto seria tratado discretamente...

A.S. - O entendimento era real, havia.

C.A. - Bom, eu não participei do entendimento, mas se o ministro disse publicamente, imagino que sim. Todo o comportamento indica que sim. No meu tempo de ministro, que é que eu posso falar mais, eu conversei muito com o di Tella sobre isso, tivemos uma conversa que uma vez até ele se referiu a ela, a essa conversa que nós tivemos em Nova Delhi, em uma reunião do G-15. Ele desenvolveu todo um raciocínio: o Brasil tem uma vocação de grande potência, porque é um país que tem uma dimensão africana... essas coisas que a gente sabe; a Argentina quer ser uma Suécia, não sei se usou o exemplo Suécia...

A.S. - Uma Suécia? [risos]

C.A. - O objetivo da Argentina é ter uma renda bem distribuída, melhorar a educação etc.

A.S. - Mas uma Suécia alinhada à União Soviética, digamos assim, para pensar em termos antigos. [risos] Não quer ser uma Finlândia...

C.A. - É. Ele não estava falando em termos de posição de política externa. Não sei se ele usou Suécia, mas enfim, na minha cabeça ficou, talvez a comparação tenha sido minha. Ele queria dizer que a Argentina tem outro tipo de objetivo, e não sonhos de grandeza, vamos dizer assim. E todo um raciocínio que levava à aceitação do Brasil como membro permanente; mas o passo final, que era aceitar, eles não... Era como se dissessem: “Olha, talvez, daqui a dez anos, quinze anos, mas hoje em dia não... A opinião

¹⁹ Frente Pais Solidário, partido político de oposição na Argentina.

pública da Argentina teria dificuldade em aceitar.” Acho que é um raciocínio, de qualquer maneira, interessante, que revela uma certa flexibilidade.

A.S. - A Argentina não tem grandes pretensões em termos de política internacional?

C.A. - É. Quer dizer, tem pretensões, mas sabe que o Brasil tem um peso maior, tem um poder...

A.S. - Escolheria, em um certo sentido, delegar esse papel, na América Latina, ao Brasil. Mas procurando sempre atrair o Brasil para suas posições.

C.A. - Ele não chegou a isso. Nessa conversa ele não chegou a falar essa coisa de ser representante, porque ele, na realidade, não deu o passo final de dizer que concordava que o Brasil fosse membro permanente. Isso foi uma conversa em 94. Era apenas um raciocínio. Eu até brinquei com ele: “Olha, isso parece uma conversa psicanalítica, porque, na realidade, a impressão que eu tinha era que você estivesse falando para o público argentino, preparando a opinião pública argentina para aceitar um fato que poderia ocorrer.” E um passo que ele não estava preparado para dar. Isso que eu acho que foi o curioso da conversa. Mas ficou assim, nunca deu esse passo, que eu saiba, até hoje não deu. Mas ele deu várias declarações. Eles continuam militando na tese da rotação. Isso eu sei, porque a gente vê pelos encontros e pelas atitudes aqui, eles co-patrocinaram um projeto italiano que tinha um objetivo puramente de retardar a discussão do tema... Agora, quando Primacov esteve lá, eles defenderam o tema da rotação com o Primacov; por outro lado, volta e meia, o próprio di Tella dá declarações dizendo que se o Brasil for membro permanente, isso não é um desastre para a Argentina. Não é a atitude que a Itália tem em relação à Alemanha, não é a atitude que o Paquistão tem em relação à Índia.

A.S. - É uma posição meio ambígua, ou talvez de ter discursos diferenciados para *constituencies* diferenciadas, não é?

C.A. - Talvez. É um processo... Como eu disse, obviamente a relação com a Argentina é importante, tem que ser manejada, mas eu acho que haverá um momento em que a própria dinâmica da situação vai colocar a Argentina... Eu acho que eles levaram um golpe muito forte quando o Chile disse que preferia um só país, depois o presidente Frei falou mais claramente Brasil.

(...)

A.S. - O senhor disse que é importante que o consenso não seja um critério para representação regional...

C.A. - Para obstruir.

A.S. - Que ela possa acontecer, independente do consenso, até porque o consenso é muito difícil de obter. Mas eu fico pensando: uma vez o Brasil membro permanente – vamos supor que tudo corra bem do ponto de vista brasileiro, que o Brasil de fato se torne um membro permanente, até com direito a veto – como é que fica essa representação da América Latina? Porque o Brasil está representando a América Latina mas, em parte, ele está representando a si mesmo. Quando ele diz que o critério tem que ser universal, quando ele apresenta inclusive a argumentação para justificar a reforma do Conselho, quando diz: “Olha, mas existem países emergentes que têm uma capacidade de articulação diplomática”, ele não está usando um argumento de natureza regional, ele está usando um argumento que aponta mais para o que hoje em dia se gosta de chamar *global players*; além de Japão e Alemanha, existe um núcleo de países intermediários que

têm capacidade de ação global e que, independentemente do critério regional, deveriam ser contemplados. Eu fico me perguntando como é que vão ficar essas duas dimensões da candidatura brasileira, da participação brasileira como membro permanente. Vamos supor: se houver um cenário em que o Brasil tenha que se posicionar numa questão em que a posição diplomática dele, individual, não é consoante com a posição de um determinado grupo de países latino-americanos. Como é que fica isso? Porque uma vez que você é membro, você é um membro individual. Isso é um fato. Você é membro enquanto país. Por isso que não é rotativo, porque você vai ser membro enquanto país.

C.A. - Você tem aí o aspecto da revisão. Se o país se colocar sempre contra os interesses da região, se tiver uma revisão dentro de dez anos, poderia, eventualmente, até ser desqualificado. É muito improvável. No nosso caso é altamente improvável. Mas digamos, no caso de um outro país qualquer, que entre em guerra ou faça uma guerra de conquista, isso poderia eventualmente...

A.S. - Tem que ser um fato...

C.A. - Um fato muito dramático. Mas de qualquer maneira, tem o aspecto da revisão. E eu diria que esse problema já existe como membro não permanente, de certa maneira. Quer dizer, eu acho que essa questão talvez nunca tenha sido colocada de maneira tão clara porque como é não permanente, são dois anos, se estiver mal, vai embora.

A.S. - Você simplesmente não se reelege.

C.A. - Não pode ser reeleito mesmo.

A.S. - Não, estou dizendo mais adiante, você não reelege.

C.A. - É. Mas nós sempre tivemos a preocupação de ouvir os outros países da América Latina, sobretudo na nossa última participação no Conselho, isso foi feito muito. Eu diria que quando houver um sentimento amplamente dominante na América Latina... É difícil imaginar uma situação em que haja um sentimento dominante na América Latina num sentido, e que o Brasil tenha, individualmente, um outro. Não é impossível, mas é difícil de imaginar. Você pode imaginar mais freqüentemente situações em que a própria opinião da América Latina esteja dividida; aí é claro que você não vai fazer uma votação para saber se é 15 a 11 ou se é... Não. Aí você tem que tirar suas conclusões. Aí você consulta. Eu acho que o que resultaria disso é uma obrigação de consulta e, quando houver um sentimento dominante na região, você procurar atender a esse sentimento dominante. Mas, por exemplo, na questão do Haiti: Brasil e Argentina estavam no Conselho; Brasil se absteve e a Argentina votou a favor. Havia países na América Latina, muitos, que tinham a posição do Brasil: Venezuela, México, Colômbia e outros; e havia países que tinham a posição que foi adotada pela Argentina, principalmente países do Caribe.

A.S. - Quer dizer, a votação refletiu a correlação de forças do continente.

C.A. - De certa maneira, refletiu. Mas talvez não tenha sido só por isso, a Argentina votou porque era a opinião dela.

A.S. - Não, o que o senhor está dizendo, que ao final do processo, você acaba refletindo. Só que essa reflexão é possível quando você tem dois membros que estão na mesma categoria, no caso, dois não permanentes. Se você tiver um permanente com direito a veto, ele vai ter uma prerrogativa infinitamente maior.

C.A. - Infinitamente maior. Então, vamos dizer, o que ocorreria, por exemplo, no caso do Haiti? Eu acho que o Brasil teria ouvido, teria visto que as opiniões eram diferentes, e aí, a posição dele próprio, ouvindo esses países, teria um peso, naturalmente. Tirar as suas conclusões. Agora, se você dissesse que era um sentimento amplamente dominante, que houvesse 32 países na América Latina francamente a favor e o Brasil, só, contra, aí era uma coisa que a gente teria que pensar. Aí você tem que pensar mesmo! “Será que está todo mundo andando de passo errado, só eu estou andando de passo certo?” Então, na prática, essa divergência entre o interesse nacional e o interesse da região não vai se colocar. Vão talvez se colocar situações em que haja diferenças de opinião na região. Aí, o Brasil fará consultas e tirará suas conclusões. Eu entendo essa representação, sobretudo como uma obrigação de consulta, de levar em conta, de fazer com que isso seja de alguma maneira introjetado nas suas próprias percepções, mas não, digamos, uma coisa em que você tenha que, a cada momento, fazer um voto para a América Latina, para saber como é que a América Latina vai votar. Isso não é concebível, até porque essas maiorias são flutuantes; um país pequeno, em determinado momento, pode adotar uma posição diferente do outro, como já aconteceu no passado.

A.S. - Embaixador, eu tenho duas perguntas só para encerrar. Eu sei que o senhor está com um problema de tempo e eu ainda quero conversar com o senhor sobre a carta de cessão. Acompanhando os pronunciamentos, eu percebi que em 93, 94, que são os seus dois pronunciamentos, a justificativa para a reforma do Conselho de Segurança se baseia num argumento que é fortemente normativo, que é a necessidade de você democratizar as relações internacionais; inclusive, se faz uma articulação com o que está ocorrendo no plano doméstico dos países, onde você tem um grande impulso à democratização, tanto da América Latina quanto da Europa do Leste, e a necessidade de se ter um reflexo sobre as relações internacionais. A partir de 95, esse argumento de caráter normativo é meio que posto de lado. Você passa a usar um argumento que é pragmático e eu poderia chegar a dizer que ele é, num certo sentido, até realista, realista mesmo, no sentido de *Real Politik*, que é a necessidade de você adequar o Conselho às novas realidades de poder. Ou seja, o mundo mudou, o mundo pós-guerra fria mudou, existem novos pólos de poder emergentes no mundo, que são não só as duas potências derrotadas que hoje são pólos econômicos, como Japão e Alemanha, como esses países emergentes. O senhor acha que isso tem alguma importância?

[FINAL DA FITA 2-B]

C.A. - Ah, eu diria que as duas coisas não são contraditórias porque embora eu saiba que na teoria kantiana você estuda o aspecto do juízo de valor, juízo de fato, do lado normativo, do lado objetivo, a verdade é que o normativo faz parte do objetivo, quer dizer, parte das novas realidades do mundo é também essa aspiração por uma maior democratização.

A.S. - Claro. Claro.

C.A. - Parte dessa nova realidade do mundo é o fato de que os países em desenvolvimento ganharam uma nova importância, portanto requerem uma maior... Quer dizer, os dois argumentos não são contraditórios. Eu acho que aí talvez tenha sido coincidência em relação à época, coincidência em relação aos termos em que o debate está colocado aqui, porque também essa questão da nova realidade do mundo tem sido muito enfatizada no debate das Nações Unidas, também por outros países. Eu acho que

há uma adequação, um pouco, à discussão. Eu não veria algo fundamental. Os dois argumentos são verdadeiros.

A.S. - O senhor tem razão. De fato, essa distinção é puramente analítica. Na vida real, você age em função também da sua normatividade. A segunda pergunta é a seguinte: a reforma do Conselho de Segurança, nos pronunciamentos brasileiros oficiais, ocupa um espaço muito grande, pelo menos nesses pronunciamentos dentro da Assembléia Geral, ao passo que a reforma da ONU, mais ampla, pelo menos nos pronunciamentos oficiais na Assembléia Geral, o apoio é apenas genérico. O último pronunciamento do Lampreia faz uma menção ao projeto do Kofi Annan, mas ele faz uma menção genérica, sem entrar em muitos detalhes. Por outro lado, o senhor acabou de revelar aqui, a gente não estava gravando ainda, o papel que o senhor teve no sentido de articular essa nova resolução que foi votada agora, recentemente, que até o secretário-geral chamou os amigos, os amigos do presidente da Assembléia. Eu queria que o senhor falasse um pouquinho sobre a visão do Brasil a respeito da reforma mais geral das Nações Unidas, sobre esse pacote lançado agora pelo Kofi Annan, e como é que está sendo esse papel de articulação do Brasil.

C.A. - Eu acho que essa reforma mais geral, como diz você, se insere num contexto mais amplo de visão que hoje em dia se tem dos órgãos públicos. Evidente que a ONU não é um governo mundial, muito menos um Estado, mas você pode fazer um paralelo entre o que está ocorrendo em vários países em matéria de reforma do Estado, e o que está ocorrendo nas Nações Unidas, que é uma busca de eficiência, uma busca de maior racionalidade, de evitar duplicações... Então – claro que sempre causa conflitos em relação a interesses estabelecidos ou percepções específicas –, ela é uma reforma que não mexe, digamos, na distribuição de poder dentro do sistema internacional; ela é uma reforma...

A.S. - Administrativa.

C.A. - É... Administrativa num sentido amplo, porque não é só a administração da ONU, mas também dos comitês etc. Mas, na realidade, é isso, é uma reforma administrativa num sentido mais amplo.

A.S. - Mas ela não é uma reforma política? Ela não muda o papel da ONU?

C.A. - Ela não muda o papel da ONU, fundamentalmente. Quer dizer, ela adapta o papel da ONU, ela abre um pouco mais para as organizações não governamentais, abre um pouco mais para o mundo empresarial, por exemplo. É política porque tudo isso tem um significado político, mas ela não é uma reforma política no sentido de mudança na estrutura de poder das Nações Unidas. Ela não muda o peso relativo do Conselho de Segurança em relação à Assembléia Geral, ou o peso da Assembléia Geral em relação ao ECOSOC²⁰ e vice-versa. Então ela é uma reforma mais de natureza organizacional, de melhoria da eficiência. No fundo, é uma reforma administrativa, dando um pouquinho de latitude ao tema, e por isso que foi possível também, sem controvérsias, que o Brasil fosse um dos países a ter uma participação grande num determinado segmento da reforma. Kofi Annan dividiu em duas partes: as ações, que eram coisas que, teoricamente, estariam mais sob a responsabilidade dele, mas que de alguma maneira ele queria ter o endosso político dos países membros, e uma outra parte que são recomendações, que aí sim, os países membros vão ter que meditar, refletir e aprovar. Então, no fundo, a mais delicada era a primeira parte. Aparentemente, era a mais simples.

²⁰ Economic and Social Council (Conselho Econômico e Social).

Em termos de conteúdo, era a mais simples, mas em termos políticos era mais delicada, porque ela...

A.S. - Essa parte envolve o quê? É a modificação do Departamento de Desenvolvimento...

C.A. - Eram 29 ações. Entre outras, essa que você mencionou. Mas tem a criação de um departamento de desarmamento, tem transformações de um departamento em outro, mas, à medida que transforma também dá um papel maior ao Alto Comissário de Direitos Humanos. Tem várias coisas. Quer dizer, elas têm algum significado político, sempre teve, e por isso mesmo que geraram resistências em alguns casos. Mas o aspecto delicado era como você poderia se pronunciar sobre uma parte do pacote das reformas, que era da responsabilidade do secretário-geral mas ao mesmo tempo você tinha que dizer o que os países membros pensavam sobre elas. Então foi delicado o manejo desse processo porque você não podia desautorizar o secretário-geral. Se você dissesse: "Aprovamos essa, não aprovamos aquela", você estava desautorizando o secretário-geral naquilo que ele achava e acha que era do seu campo de competência; se você também desse um cheque em branco, você também não satisfaria os estados membros que tinham dúvidas em vários pontos. Então houve um processo de negociação que tinha esse aspecto de delicadeza, mas não havia, digamos, grandes interesses em jogo. Exceção de um ou outro caso, um caso de direitos humanos ou um caso de desarmamento, que havia um grupo com opiniões diferentes e, aos poucos, o secretário-geral e os países membros foram redefinindo as coisas de tal modo que chegasse a um denominador comum. Mas quer dizer, o nosso interesse é de contribuir para a ONU, melhorar a ONU como instrumento, desde os programas de ajuda ao desenvolvimento até a área de direitos humanos e outras mais. Não é uma reforma, como eu disse, que mexa na distribuição de poder dentro das Nações Unidas.

A.S. - Daí o fato de não haver uma grande ênfase... Não há tanta coisa assim, além do apoio, não há tanta...

C.A. - É. Não havia tanta coisa assim. O importante era dar um sinal positivo. E acho que foi baseado também nesse sinal positivo que nós demos que o Kofi Annan me pediu e pediu ao embaixador da Noruega para ter um em desenvolvimento e outro desenvolvido para atuarmos como... Não podia ser como membro permanente, porque um membro permanente ia ter poder demais, então tinha que ser países que têm um bom trânsito aqui e que pudessem ajudar a resolver.

A.S. - E essa resolução aprovada agora, recentemente, reflete um pouco essa aproximação.

C.A. - Exatamente. As ações do secretário-geral foram aprovadas, embora tenham sido feitas algumas modificações no que diz respeito aos mandatos existentes, algumas coisas desse tipo.

A.S. - E essas recomendações da Assembléia Geral ficaram para um processo mais longo.

C.A. - É. Haverá uma outra resolução tratando dessas recomendações mas que, na realidade, vai ter decisões sobre dois ou três temas; e outra, a decisão vai ser mais processual, precisa encaminhar para o ECOSOC umas coisas, encaminhar para o Comitê da Carta outras. Mas foram reformas, essas todas, que melhoram o funcionamento da ONU, mas não têm grandes impactos políticos. A não ser, digamos, como eu lhe falei, dar um pouco mais de margem a direitos humanos, países que têm problemas com a

questão de direitos humanos foram mais reticentes; na área de desarmamento, o fato de colocar aqui, em Nova Iorque, um departamento de desarmamento, para alguns países que temem que isso possa significar uma maior influência do Conselho de Segurança, também resistiram um pouco; mas no final, essas coisas foram acertadas.

A.S. - E o senhor acha que isso satisfará aos Estados Unidos?

C.A. - Olha, eu acho que essas reformas são boas, de um modo geral são boas, independente dos Estados Unidos. Eu não diria todas. Tem até algumas recomendações que nós temos dúvida, como país, mas não são das mais importantes. De um modo geral, as reformas são boas. Se não houvesse a reforma, isso podia ser usado como pretexto dos Estados Unidos para dizer: está vendo, a ONU não é capaz e tal. Agora, nós vimos que o fato de ter sido aprovada não foi capaz de obter que os Estados Unidos pagassem os atrasos. Nisso entram outras considerações de natureza política, a ambigüidade dos Estados Unidos em relação à ONU. Aí entram outros fatores mais complexos, teria que ser uma outra entrevista.

A.S. - Está certo. Embaixador, então, muito obrigada.

[FINAL DO DEPOIMENTO]